



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS

Everaldo Roberto Monteiro dos Santos

**A GEOMETRIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: A INSERÇÃO NOS  
CURRÍCULOS E EM OUTROS DISCURSOS  
(1838-1851)**

BELÉM - PA

2019



Everaldo Roberto Monteiro dos Santos

**A GEOMETRIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: A INSERÇÃO NOS  
CURRÍCULOS E EM OUTROS DISCURSOS  
(1838-1851)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação Matemática, na Área de Concentração: Educação Matemática – Linha de Pesquisa: Etnomatemática, Linguagem, Cultura e Modelagem Matemática.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

BELÉM - PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo autor.**

---

S237g Santos, Everaldo Roberto Monteiro dos  
A Geometria na Província do Grão-Pará: : a inserção nos  
Currículos e em outros discursos / Everaldo Roberto  
Monteiro dos Santos. — 2019.  
68 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação  
Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará,  
Belém, 2019.

1. História. 2. História da Educação Matemática. 3.  
Educação na Amazônia. I. Título.

CDD 379.209

---

Everaldo Roberto Monteiro dos Santos

**A GEOMETRIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: A INSERÇÃO NOS  
CURRÍCULOS E EM OUTROS DISCURSOS  
(1838-1851)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação Matemática, na Área de Concentração: Educação Matemática – Linha de Pesquisa: Etnomatemática, Linguagem, Cultura e Modelagem Matemática.

Banca de Avaliação:

---

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves

---

Prof. Dr. Iran Abreu Mendes (membro interno)

---

Prof. Dr. Jorge Machado (membro externo)

---

Prof. Dr. Jônatas Barros e Barros (membro externo)

Belém – PA  
2019

*“Sim, minha força está na solidão. Não tenho medo nem de chuvas tempestivas nem das grandes ventanias soltas, pois eu também sou o escuro da noite”.*

*(Clarice Lispector)*

A Adalberto Rodrigues dos Santos (*in memoriam*) e Maria Monteiro dos Santos, que me ensinaram que a vida é bela. A amada esposa Lucélia Matos, que é a luz do meu caminho. As filhotas Valkíria, Sofia e Lia que são minhas pérolas, as pérolas do meu olhar.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de Agradecer em primeiro lugar a Deus que me concebeu o livre arbitro.

Esta pesquisa não é fruto de um ser isolado e sim de muitas pessoas, que merecem agradecimento e gratidão em especial o professor Dr. Jerônimo Alves, que comigo pacientemente construiu a pesquisa.

Aos amigos do Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação (GFHCE), pelo acolhimento e amizade, mais do que isto, pelas discussões que ajudaram na construção do texto.

A amiga Patrícia Campos, que me co-orientou de maneira sempre otimista e prestativa.

Minha família que amo tanto e a quem devo minha vida, que foram e são imprescindíveis para chegar no fim deste trabalho.

À minha esposa que dedicada sempre me apoiou mesmo nos momentos difíceis.

Ao amigo e professor de Português Ronaldo Andrade que mesmo com seus afazeres profissionais, artísticos e pessoais disponibilizou uma parcela do seu tempo para dá um “tapa” em algumas partes deste trabalho.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma descrição analítica dos aspectos que favoreceram à modificação do Ensino de Matemática na Província do Grão-Pará durante o século XIX. Esta pesquisa foi iniciada a partir de um levantamento preliminar em documentos que versavam sobre a História do Ensino na Amazônia nesse período, para atingir o propósito do trabalho, partiu-se dos seguintes questionamentos: Qual o contexto social na Província do Grão-Pará, que favoreceu a emergência desses saberes? Quais os discursos veiculados na época sobre o Ensino de Matemática? Qual a relação dos professores de Matemática com as estruturas de poder político? Buscando responder tais questionamentos debruçou-se, principalmente, em fontes primárias como: leis, decretos e relatórios governamentais relativos à Instrução Pública da Província, regulamentos da instituição Liceu Paraense, livros e jornais da época e também, em fontes secundárias que tratavam sobre este assunto ou correlatos. A análise documental se estendeu de 1838, ano da retomada das atividades da Assembleia Provincial, órgão que legislava sobre a educação da Província até 1851, ano de uma reforma que modificou o Ensino de Geometria no Liceu Paraense. Chegou-se a algumas conclusões, como as elencadas a seguir: em 1838 emergiram discursos favoráveis para a inserção de saberes Geométricos na Província. O objetivo destes discursos fora efetivado em 1840, com a criação da escola de Geometria que funcionou no Seminário Episcopal nos anos de 1840 e 1841 e que tinha como principal finalidade formar mão de obra capacitada para tocar as obras de infraestrutura da cidade. Com a reforma de 1841, que entre outras coisas previa a implantação do Liceu Paraense, instituição que tinha a finalidade de proporcionar o ensino secundário, na Província do Grão-Pará; a Escola de Geometria passou a fazer parte do quadro das Cadeiras desta instituição, sendo que este saber passou a integrar a Cadeira “ Aritmética, Álgebra e Geometria” e que a presença da Geometria desde o primeiro currículo do Liceu Paraense, fez parte de um processo de modernização da educação na Província Império. Que os docentes que lecionavam a disciplina de Geometria, além de professores eram cidadãos influentes na vida social e política da sociedade da Província, ocupando cargos como juiz de Direito e Deputados provinciais.

**Palavras-chave:** História; História da Educação Matemática; Educação na Amazônia.

## ABSTRACT

The objective of this work is to provide an analytical description of the aspects that favored the modification of Mathematics teaching in the Grao-Pará Province during the 19th century. This research was initiated from a preliminary survey in documents that dealt with the History of teaching in the Amazon in this period, in order to reach the purpose of the work, started with the following questions: What is the social context in the Province of Grão-Pará, favored the emergence of these knowledge? What are the discourses about mathematics teaching at the time? What is the relation of Mathematics teachers to the structures of political power? Seeking to answer such questions, he focused mainly on primary sources such as: laws, decrees and government reports concerning the public education of the Province, regulations of the institution Liceu Paraense, books and newspapers of the time and also in secondary sources that dealt with this subject or correlates. The documentary analysis extended from 1838, year of the resumption of the activities of the Provincial Assembly, an organ that legislated on the education of the Province until 1851, the year of a reform that modified the teaching of Geometry in the Liceu Paraense. Some conclusions were reached, such as the following ones: in 1838 favorable discourses emerged for the insertion of Geometric knowledge in the Province. The purpose of these discourses had been realized in 1840, with the creation of the Geometry School that functioned in the Episcopal Seminary in the years 1840 and 1841 and whose main purpose was to train skilled workers to play the infrastructure works of the city. With the reform of 1841, which included, among other things, the establishment of the Liceu Paraense, an institution that had the purpose of providing secondary education in the Province of Grão-Pará; the Geometry school became part of the Chair of this institution, and this knowledge became part of the Chair "Arithmetic, Algebra and Geometry" and that the presence of Geometry since the first curriculum of the Liceu Paraense, was part of a process modernization of education in the Empire Province. That the teachers who taught the discipline of Geometry, besides professors were influential citizens in the social and political life of the society of the Province, occupying positions as judge of Right and provincial Deputies.

**Keywords:** Story; History of Mathematics Education; Education in the Amazon.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	9
<b>ABSTRACT</b> .....	10
<b>LISTA DE ANEXOS</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>MEMORIAL</b> .....	18
<i>Entre a primeira e a última palavra existem infinitas palavras</i> .....	18
<i>Mais algumas palavras</i> .....	25
<b>MODIFICAÇÕES NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1838-1841): INSERÇÃO DA GEOMETRIA</b> .....	27
<b>Introdução</b> .....	27
<b>Condições de inserção da Geometria no ensino da Província do Pará</b> .....	28
<b>Discursos favoráveis à Geometria</b> .....	31
<b>Efetivações das Mudanças no Ensino de Matemática</b> .....	35
<b>Algumas considerações</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS (Capítulo I)</b> .....	40
<b>A TRAJETÓRIA DA GEOMETRIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO – PARÁ</b> .....	43
<b>(1841-1851)</b> .....	43
<b>Introdução</b> .....	43
<b>A reforma da Instrução Pública na Província em 1841 e o ensino da Geometria     no Liceu</b> .....	46
<b>O Relatório Presidencial de 1842</b> .....	47
<b>A representação da Geometria e os atores envolvidos com este saber nos     discursos de 1844 e 1845</b> .....	49
<b>A valorização dos saberes Geométricos e a trajetória deste saber no Liceu     Paraense (1846 - 1849)</b> .....	51
<b>A emergência de discurso favorável a mudança no ensino de Geometria</b> .....	55
<b>A previsão da criação de Cadeiras de Geometria no interior em 1850 e a     Reforma de 1851</b> .....	57
<b>Algumas Considerações</b> .....	59
<b>Referência (Capítulo II)</b> .....	61
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS (INTRODUÇÃO E MEMORIAL)</b> .....	67

**LISTA DE ANEXOS**

Anexo I - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DA TESE E DISSERTAÇÃO (Resolução nº 3.870 de 1º de julho de 2009, CONSEPE/UFPA.....69

Anexo II – TABELA DOS ALUNOS MATRICULADOS, ADMITIDOS COMO VOLUNTÁRIOS E EXAMINADOS NO LICEU PARAENSE (1845- 1848) .....70

## INTRODUÇÃO

A Educação Matemática<sup>1</sup>, enquanto campo profissional e área científica, é um ramo de conhecimento que busca compreender os processos envolvidos no ensinar e aprender Matemática, objetivando em última instância a melhoria do ensino. Logo concordamos que:

Educadores Matemáticos veem a matemática não apenas como um corpo de conhecimento ou disciplina acadêmica, mas também como um campo de prática. Porque eles estão preocupados com a forma como a matemática é apreendida, compreendida e utilizada, bem como o que é, eles têm uma visão abrangente (KILPATRICK, 2008 p.6).

Portanto, a Educação Matemática procura descortinar a relação que o saber formal matemático possui com o cotidiano e as várias relações que esse saber possui com as outras formas de conhecimento humano. Segundo Vasco(1994), ao conceber a Educação Matemática, esta seria a interação de oito campos de conhecimento que formariam um octógono constituído pela: Filosofia; História das Matemáticas; Lógica; Neurologia; Psicologia; Linguística; Antropologia e Informática:

Tratemos pues de situar la educación matemática como disciplina, visualizándola desde una posición externa, con una mirada desde fuera de ese proceso triple de las matemáticas realmente existentes, las escolares e las de investigación. Esa nueva disciplina se ubica a su vez dentro de un octógono de disciplinas que permiten pensaria como distinta de ellas, pero a su vez como impensable sin ellas (VASCO, 1994, p.3).

Neste contexto, em que a Educação Matemática é composta desta forma, conforme apresentado acima, ela é muito mais do que a simples relação do processo de ensino-aprendizagem. Logo, o ato de ensinar e aprender possui outras dimensões, que devem ser levadas em consideração.

Entre estas oito dimensões apresentadas pelo teórico, devido à característica desta pesquisa, apontamos à “histórica” como sendo de

---

<sup>1</sup> Assumir-se-á a expressão “Educação Matemática” como o recente campo acadêmico, lugar de investigação sobre ensino e aprendizagem da Matemática. A expressão “Educação Matemática” remete aos processos de ensino e à aprendizagem da Matemática desde tempos imemorráveis, constituindo-se, assim, em tema de pesquisa dos estudos relativos à História da Educação Matemática. Silva, Valente (2009, p.11)

fundamental importância para compreendermos de que forma o contexto influencia e é influenciado pela Matemática.

Ainda em relação à dimensão histórica da Educação Matemática, esta possui um alto grau de complexidade, especificidades e as pesquisas que a englobam possuem metodologias e objetos de investigação distintos que abarcam diversos aspectos deste saber, distribuídos em campos de pesquisas bem delineados, conforme asseveram Miguel e Miorim (2008):

Entretanto, o movimento em torno da História da Matemática já é tão amplo e diversificado que poderíamos acusar a constituição, em seu interior, de vários campos de pesquisa autônomos, que, no entanto, mantém, em comum, a preocupação de natureza histórica incidindo em uma das múltiplas relações que poderiam ser estabelecidas entre a História, a Matemática, a Educação. Dentre tais campos de investigação, três deles se destacam: o da História da Matemática propriamente dita, o da História da Educação Matemática e o da História na Educação Matemática (MIGUEL e MIORIM, 2008, p. 11).

A partir do exposto, podemos entender que a importância dos estudos históricos, para a educação Matemática reside no fato de que estes podem contribuir para: 1- Compreender os processos que levaram a mudanças no ensino da Matemática, ou seja, a incorporação ou abandono de certos conteúdos ou práticas matemáticas em determinado momento histórico. 2- Pesquisar os aspectos contextuais e epistemológicos que levaram ao desenvolvimento dos objetos matemáticos. 3- Favorecer o ensino e a aprendizagem contemporâneos da Matemática por meio da História da Matemática seja na Educação básica ou na formação dos professores de Matemática.

Entre essas três importâncias acerca dos estudos históricos da Matemática, chama a nossa atenção o primeiro item: compreender os processos que levaram à mudança no ensino da Matemática. Em relação a esse item Valente (2007) assegura que:

A prática da história da educação Matemática implica buscar respostas a questões de fundo como: Por que hoje colocamos os problemas sobre o ensino de Matemática do modo como colocamos? Por que pensamos em reformas sobre esse ensino do modo como são propostas? Por que ensinamos o que ensinamos em Matemática? Por que determinados saberes matemáticos são válidos para o ensino em detrimento de outros?

Essas são questões do presente, naturalizadas, não-problematizadas, que a prática da história da educação matemática tem a tarefa de desnaturalizá-las (VALENTE, 2007, p.38).

Ressaltamos, contudo, que tais respostas precisam ser elaboradas levando em consideração, também, aspectos culturais e sociais que propiciaram a produção e a difusão do conhecimento matemático em consonância com uma historiografia atualizada, desta forma, alinhando-se ao paradigma atual engendrado na História das Ciências denominado, Estudos Culturais.

Desse modo, as pesquisas da História da Educação Matemática, levando em consideração aspectos culturais e sociais, contribui para a compreensão do movimento dos conteúdos matemáticos nas instituições de ensino demonstrando que essas transformações são fruto de relações de poder que influenciam e são influenciadas pelo meio, que por sua vez é constituído de indivíduos imersos em uma teia social, cultural e política.

As incursões históricas conduzidas nessa vertente — que atenta como a cultura atua nos processos de produção e de intercâmbio de significados entre os membros de uma sociedade — é o que norteará este trabalho, pois partimos do seguinte princípio: “toda prática social depende e tem relação com o significado, conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural” (HALL, 1997, p.33).

Ao assumir a concepção que toda pratica social tem uma dimensão cultural, aceitamos a perspectiva de Silva (2005), quando este refere-se ao currículo como sendo uma “invenção social” e por consequência é fruto das relações de poder:

O currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento através de processo de disputa e conflito social, certas formas curriculares — e não outras — tornaram-se consolidadas como currículo. É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não (SILVA, 2005, p. 148).

Nesta perspectiva, para contemplar nossa pesquisa buscaremos não somente o currículo e sim o contexto que favoreceu a elaboração do currículo com determinados conteúdos matemáticos, em detrimento de outros.

Outro aspecto que desejamos deixar claro, é quando nos referimos a o termo “discurso”, por discurso adotamos a concepção “foucaultiana”, deste termo, em que todo documento é um discurso, desta forma, as Leis; os Relatórios Presidenciais entre outros documentos são considerados como discursos. Ainda em relação a este termo, buscamos fundamentação no livro: A ordem do Discurso (2013), quando Foucault afirma que:

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1998, p.9).

O filósofo expõe que os discursos sobrevivem de uma produção que é realizada pelos sujeitos “habilitados” para realizá-los. Neste sentido, Foucault mostra-nos que os discursos podem ser considerados como práticas discursivas. Práticas definidas pelo lugar social daqueles quem os pronunciam.

Pelo que foi exposto até o momento, esta visão da História da Educação Matemática se aproxima do ideário do grupo de pesquisa Grupo de Filosofia e História da Ciência (GFHCE), devido a esta sincronização é que apresentamos à comunidade acadêmica a dissertação de mestrado intitulada: A Geometria na Província do Grão-Pará: a inserção nos currículos e em outros discursos(1838-1851); que possui o seguinte objetivo geral: realizar uma descrição analítica dos aspectos que favoreceram a modificação do ensino de Matemática na Província do Grão-Pará durante o século XIX.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: em primeiro, uma breve introdução em que definimos de forma sintética os marcos teóricos do trabalho, seguido de um memorial o qual apresentamos de forma resumida a minha trajetória profissional e acadêmica. Seguido de dois capítulos em formato de artigo<sup>2</sup> complementares. Finalizamos o trabalho com algumas considerações finais gerais.

---

<sup>2</sup> Resolução nº 3.870 de 1º de julho de 2009, CONSEPE/UFPA - Art. 58. A Dissertação de Mestrado e a Tese de Doutorado poderão ser apresentadas à Banca Examinadora no Modo

Neste momento, passaremos a apresentar o memorial que consta principalmente da História da minha vida profissional e Acadêmica, sendo permeado pelas Memórias em um processo de completude entre as duas partes.

## MEMORIAL

Gostaria desde já de manifestar minha recusa a certo tipo de crítica científica que insinua faltar rigor no modo como discuto os problemas e na linguagem demasiado afetiva que uso. A paixão com que conheço, falo ou escrevo não diminuem o compromisso com que denuncio e anuncio. Sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho parte esquemática, meticulosa, racionalista e outra desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também (FREIRE, 2001, p. 18).

*Entre a primeira e a última palavra existem infinitas palavras*

Escrever sobre minhas memórias e como remexer em um velho baú e dele tirar velhos objetos, alguns úteis que jamais deveriam ter ficado guardados, outros que já deveriam ter sido jogados fora. É semelhante à ação do pescador que ao puxar a rede verifica que existem peixes que o alimentarão, contudo, no meio deles encontram-se outros objetos que nunca deveriam ser retirados do fundo do mar. Escrever traz à tona lembranças de vivências, algumas agradáveis outras nem tanto, mas que compõem o que eu sou. Este ato de revisitar o passado muitas vezes me angustiou e em outras me fez refletir. Explico: a angústia vem da percepção que o tempo passou e não retorna mais, levando consigo sonhos... A reflexão surge no momento em que vejo como um ser autônomo, capaz de refazer a minha trajetória educacional e que estas mudanças se refletem de forma positiva em meu desenvolvimento profissional.

E entre as quimeras e as perspectivas de um futuro melhor me situo, tal como um barco que bordeja, procurando o melhor vento que o levará ao seu objetivo final.

Em relação aos objetivos que tracei na minha vida, ser Mestre é um deles. Contudo, para ser Mestre é necessário primeiro ingressar em um Curso de Mestrado, esse ingresso foi adiado por vários motivos. Há anos, até que em 2017, ingressei no Mestrado Acadêmico do IEMCI. Nesse ano apenas três da Educação Matemática haviam sido selecionados, o que considerei uma grande vitória pessoal.

Escrever um pré-projeto de pesquisa direcionado a um pesquisador do programa era um dos requisitos para ingressar no programa em questão. Assim o fiz, optando por escolher a Modelagem Matemática, tendo como orientador o

Professor Doutor Adilson do Espírito Santos. Comecei então, a participar do Grupo de Estudo de Modelagem Matemática (GEMM), o que me modificou profundamente a percepção acerca desta tendência da Educação Matemática. No GEMM, além dos estudos fiz grandes amizades. No entanto, apesar de sentir-me à vontade no GEMM, sempre soube que a Modelagem Matemática não era o meu caminho na pesquisa, visto que, desde os primeiros contatos ainda na graduação sempre simpatizei com as questões históricas, sejam elas referentes a História da Matemática, História da Educação Matemática ou da História no Ensino de Matemática.

No semestre seguinte após um namoro de seis meses, troquei de grupo de pesquisa e comecei a participar do Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação (GFHCE), grupo que me recebeu de braços abertos mesmo eu sendo da “Matemática”, acolheu-me possibilitando o meu desenvolvimento no seu interior.

Entretanto, muitos anos antes de fazer o mestrado e por consequência participar do GFHCE, ainda quando criança, na periferia de Belém acreditava que vivia um sonho e que um dia iria acordar em outro lugar, em uma vida adulta. Essa ideia recorrente na minha infância, somente se extinguiu com a chegada da adolescência, posso dizer que este “sonho” infantil, junto com os porquês, foi o embrião de um pensamento caro para a Academia: o pensamento reflexivo. A capacidade de refletir sobre a minha existência e a curiosidade sobre como o mundo se representava, faziam parte da minha infância, contudo, com o tempo fui encorajado a esquecer-las. Todavia, essas facetas da minha personalidade, assim como outras, nunca foram esquecidas totalmente. O que aconteceu é que ficaram adormecidas no meu eu!

Eu, assim como todos os seres humanos, sou formado por várias facetas, como o diamante. Facetas que se entrelaçam e interagem entre si, formando uma verdadeira teia que compõe o que eu sou. E entre essas facetas escolhi duas para servir de alicerce para a construção deste memorial: a acadêmica e a profissional que muitas vezes se confundem. Não obstante, tenho a certeza que outras irão permeá-lo como a familiar, a religiosa entre outras.

Sou professor de Matemática, mas não nasci professor. Posso dizer que “ser” professor foi um percurso que começou ainda quando criança e que até os dias atuais ainda não terminou, e com certeza não terá fim, enquanto exercer o

magistério. Por lecionar esta disciplina, que tem a fama de ser “difícil de aprender”, sempre surgiram questionamentos a respeito do meu conhecimento matemático do tipo: se eu sempre gostei de Matemática e de como eu aprendi essa disciplina?

Buscando responder a essas perguntas e desmistificar a ideia de que quem sabe matemática é gênio, conto uma breve história de quando eu era estudante no Ensino Fundamental: quando cursava a oitava série, estava quase reprovado em Matemática com notas baixas na primeira e segunda avaliação. Um dia entrei na sala de aula, bem atrasado e na pressa entrei sem pedir licença ao professor de Matemática. Ele visivelmente descontente pela minha falta de educação, perguntou-me algo sobre a matéria e como eu não soube responder, passou-me um sermão, dizendo que eu já estava reprovado. Felizmente assimilei de forma positiva essa crítica e a partir desse incidente passei a estudar de forma ostensiva a Matemática. Eu e mais alguns colegas formamos um grupo de estudo, no qual um ajudava o outro. Dessa forma, na terceira e quarta avaliação tirei excelentes notas e na recuperação consegui minha aprovação.

Esse fato foi a mola propulsora para que eu começasse a ver a Matemática com bons olhos, contudo posso dizer que meu primeiro flerte com o magistério foi no ensino médio no segundo ano, quando passei a ensinar Trigonometria para alguns colegas que tinham mais dificuldade com este ramo da Matemática.

Em 1999 ano de nascimento da minha primeira filha Valkíria, que significa guerreira, entrei na universidade e comecei a cursar licenciatura plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Havia escolhido matemática por um único motivo, a concorrência ser baixa se comparada com as de outros cursos. Por um golpe feliz do destino, após algumas tentativas consegui o meu objetivo: ingressar na universidade. Logo, no meu primeiro dia de aula, senti que aquele era o meu caminho e apesar de todas as dificuldades, após quatro anos finalizei essa etapa. O nascimento da minha segunda filha Sofia, cuja o nome significa sabedoria, coincidiu com esse novo momento da vida.

Antes de finalizar o curso, comecei a trabalhar como voluntário, recebendo apenas uma ajuda de custo, em um cursinho popular no Espaço Cultural Nossa Biblioteca que até hoje existe e fica localizada no bairro do

Guamá. Lembro-me como se fosse hoje o primeiro contato do “professor de Matemática” com os alunos do meu bairro de origem, naquele dia mesmo nervoso e com um apagão de memória no início, consegui cumprir meu plano de aula que versava sobre ângulos.

Quase ao mesmo tempo em que me formei, fui chamado pela Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), para lecionar com contrato temporário em comunidades afastadas do interior do Estado, em um programa chamado Sistema Modular de Ensino (SOME). Nos dois anos em que lecionei no SOME, passei por várias situações e vivências que me fizeram refletir sobre o ato de ensinar e o processo de ensino e aprendizagem de Matemática, assim como as dificuldades que os alunos possuíam nessa disciplina. Frente a esses novos desafios, percebi que o conhecimento que havia adquirido na graduação já não era suficiente para responder a tais questionamentos, e que precisava adquirir novas técnicas e metodologias.

Novo desafio. Decidi fazer uma especialização. No entanto, como trabalhava, o curso deveria ser nas férias, dessa forma poderia estudar e conciliar com o emprego. Submeti um projeto de pesquisa para o curso de especialização em Educação Matemática da UEPA sendo selecionado.

No decorrer do curso cheguei à conclusão da importância da Educação Matemática como sendo uma corrente de pensamento construída com o propósito de “ajudar” o professor de matemática nas suas práticas educacionais, e o ato de ensinar Matemática passou a ter uma dimensão maior do que ensinar fórmula ou teoremas, sem significado para o aluno.

Após alguns percalços, apresentei em parceria com minha amiga Valéria Farias Almeida sob orientação da Professora Mestra Acylena Costa Coelho a monografia “Estratégia de Resolução de Problemas Aritméticos Adotados por alunos da sexta série da rede pública” que foi a última etapa para obtenção do grau de Especialista em Educação Matemática. Este trabalho que tinha como arcabouço teórico a Resolução de Problemas, foi apresentado em forma de artigo na XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática, no Recife em 2011.

Em 2004, após ser selecionado para horista da UEPA, deixei o SOME. Por essa primeira passagem pela UEPA, estive em Conceição do Araguaia, São Miguel do Guamá e Moju lecionando as seguintes disciplinas: Prática de Ensino

I e II, Instrumentação para o Ensino I e II e História da Matemática. Ainda por ocasião dessa primeira passagem pela Instituição, orientei seis Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) e fui convidado para participar de outras quatro bancas de TCC.

Em 2006, um pouco antes de finalizar meu contrato com a UEPA, fui nomeado por meio de concurso público professor efetivo da SEDUC.

A primeira instituição onde trabalhei nessa nova fase profissional foi a escola Paulo Maranhão lecionando Matemática para 5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup> séries, localizada no bairro do Guamá, onde eu residia. Era uma escola com condições precárias — infelizmente essa é a realidade da maioria delas em nosso Estado — com alunos rebeldes, sem interesse em aprender e sem esperança em um futuro melhor. Entretanto, havia alguns alunos que realmente queriam sair daquele ciclo de miséria e desencanto que os envolvia.

Nessa escola conheci alguns professores, que mesmo com todas as dificuldades, faziam um trabalho diferenciado. Inspirado por eles e com eles, comecei a desenvolver minhas práticas pedagógicas naquela Instituição. Citarei o nome de três professores que faziam a diferença naquela escola: em primeiro Patrícia Campos que mesmo com toda a dificuldade de recursos pedagógicos, desenvolvia um trabalho muito digno com alunos Especiais — Em relação a professora Patrícia, parafraseio J.J. Benítez “o timão do destino dá muitas voltas”, essa mesma jovem professora de Matemática que conheci ao ingressar no Estado, tornou-se minha co-orientadora neste trabalho, muitos anos depois, ao nos reencontrarmos na Academia — O segundo professor chamado de Gustavo que lecionava Educação Artística, o qual escreveu junto comigo o projeto da Sala de Informática da Escola. Em terceiro Ana Rodrigues de Língua Portuguesa, que mesmo prestes a se aposentar — quando a maioria dos professores já cansados e desencantados pela profissão preferem o comodismo das aulas tradicionais — desenvolvia um projeto de criação e leitura de poemas, que acontecia toda sexta-feira. Convidado a fazer parte desse projeto literário, trabalhava com os alunos a criação de poemas que tinham como tema a Matemática. Era gratificante, vê-los recitarem os poemas.

Nesse mesmo período, além de trabalhar no Paulo Maranhão, pela parte da manhã, trabalhava na Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Celina Anglada, também localizada no bairro do Guamá, no período noturno.

Trabalhei com a terceira e quarta etapa o equivalente a quinta e sexta série e sétima e oitava série respectivamente. Posso dizer sem dúvida que essa foi a melhor experiência que tive em minha vida profissional. O fato de lecionar para senhores e senhoras, em sua maioria, que retornavam para a escola ou que somente naquele momento de vida tinham a oportunidade de estar sentados em uma sala de aula, era gratificante, pois por trás dos semblantes cansados e mãos caledadas eu via esperança. Sabia que eles estavam ali buscando algo melhor para as suas vidas, e vitórias simples como aprender a fatorar, era motivo de comemoração.

Em 2009, por motivos familiares, transferi-me da Escola Paulo Maranhão e Celina Anglada e fui lecionar em duas escolas próxima da minha nova residência, no bairro do Telegrafo Sem Fio. Nesse mesmo ano no Núcleo Tecnológico Educacional (NTE) cursei os módulos de informática que me capacitaram ser coordenador de Sala de Informática Educativa (SIE). Finalizado o curso atuei pelo turno da tarde na SIE da Escola Magalhães Barata, onde em parceria com a Professora Marcia Toscana de Artes desenvolvemos o projeto “I festival de documentários da Escola Magalhães Barata”, sendo que o documentário “Tecnologia lazer ou vicio” de um trio de alunos do terceiro ano ganhou o prêmio de melhor vídeo desenvolvido por alunos no concurso de audiovisual da SEDUC, daquele mesmo ano. Além de eu trabalhar na referida instituição de ensino, lecionava duas vezes na semana pela parte da manhã na oitava série da Escola Augusto Montenegro, também no referido bairro.

No final daquele ano, fui selecionado para realizar a formação para atuar como professor do Projovem — O Projovem era um programa do Governo Federal que tinha como principal objetivo trazer de volta à escola jovens adultos, que, por algum motivo haviam abandonado os estudos. Por este projeto, trabalhei em 2010 e 2011 sempre no período noturno. Os polos do Projovem — pois assim eram chamados os lugares onde lecionávamos — que eu trabalhei foram no primeiro ano, o centro comunitário da Carmelândia no bairro da Cabanagem, e no ano seguinte em um centro comunitário no bairro Guamá. Posso dizer que o diferencial deste programa era a integração que os professores de diferentes áreas deveriam ter, ou seja, tínhamos que trabalhar de forma interdisciplinar e com uma metodologia que o aluno construísse seu próprio conhecimento.

Em 2012 e 2013, durante as férias e no recesso, retornei a lecionar pela UEPA no Campus do Moju a disciplina Prática de Ensino de Matemática I e orientei quatro TCC, sendo que um deles intitulado “Buriti: e a relação entre a Sequência de Fibonacci, Razão Áurea e a Geometria Fractal” das orientandas Lucélia Matos e Odicleise Quaresma, ganhou naquele ano o prêmio de melhor TCC do Curso de Licenciatura Plena em Matemática. Nesse mesmo período lecionei por esta instituição nos Campi de Paragominas e Barcarena as disciplinas Avaliação da Aprendizagem Matemática e Cálculo para Biologia respectivamente. Lecionando também em Salvaterra a disciplina Prática de Ensino II. E em convênio UEPA e Universidade Aberta do Brasil (UAB), fiz a orientação de quatro TCC sendo um de Pacajá e três de Itaituba. Finalizando este ciclo de magistério universitário lecionei no PARFOR- UFPA as disciplinas Metodologia do Ensino de Matemática e Didática da Matemática nos Municípios de Itaituba e Cametá realizando as ações de extensão “Matemática Financeira” em ambos os Municípios.

Em 2015, transfiro-me de “Belém” e passo a lecionar Matemática no Ensino Médio da Escola Abelardo Leão Conduru, localizada no bairro do Carananduba no Distrito de Mosqueiro.

Sendo que as minhas inquietudes, frente aos desafios da Educação, fizeram-me buscar novos horizontes e em 2016, como dito anteriormente ingresso no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação de Ensino de Ciências e Matemáticas do Instituto de Ensino de Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará.

Neste momento, julgo importante falar como a História da Ciência entrou em minha vida. Há uma coleção de livros chamada “Primeiros Passos”, editada pela editora brasiliense, entre vários títulos há um chamado “O que é História da Ciência” que em visita a um sebo acabei comprando-o, era o ano de 2015. Nesse livro Alfonso – Goldfarb apresenta de forma resumida o que vem a ser a História da Ciência. Ao ler o alfarrábio, percebi como estava defasado em relação a historiografia, pois devido a minha formação universitária tinha uma visão positivista da história, em que os avanços científicos vão acontecendo ao longo dos anos em uma sucessão, e que esses avanços nos levarão a um progresso e ao bem estar. Quando terminei de lê-lo percebi que havia uma concepção

sobre a História da Ciência que eu deveria conhecer. Pela primeira vez vi o que eu chamava de verdade, em relação a este saber, começar a ruir.

*Mais algumas palavras*

Clarice Lispector, ao se referir ao fim de uma relação, no romance “A paixão segundo G.H.”, faz a personagem comparar a relação a um tripé, em que a terceira perna, traria estabilidade, contudo esta mesma perna impossibilitaria o movimento, que por sua vez traria coisas novas e a consequente mudança, mas esta percepção que a terceira perna a imobilizava somente surgiu após ela se livrar da mesma.

Da mesma forma em que a personagem de Lispector, posso dizer que ao começar a ter contato com os marcos teóricos do GFHCE me liberei da terceira perna que me trazia estabilidade, mas que me impossibilitava de me movimentar e enxergar novos horizontes. Este novo cenário me possibilitou, entre outras coisas, perceber que o conhecimento Matemático ensinado hoje é fruto das relações de poder vividas no passado, desnaturalizando o que está natural é riscar a frase: “as coisas são assim, porque sempre foram assim”.

A instabilidade ainda se faz presente, pois os conhecimentos que são apresentados no grupo, não encontram o vazio e acabam interagindo com a minha visão de mundo que fora construída durante a vida. É como se eu ainda sentisse a terceira perna, mesmo ela não estando mais em seu lugar.

Porém a vivência no grupo faz-me amadurecer e aos poucos percebo como se dá o processo de construção de nossas pesquisas. Vejo isto como um exercício, uma rotina, um hábito capaz de me fazer crescer na pesquisa. Posso afirmar também que as múltiplas facetas que me compõem, entre elas o professor de Matemática, com toda a peculiaridade e especificidades da profissão, trouxeram-me um entendimento diferenciado da Educação e da Pesquisa. São experiências positivas que irei levar não somente para futuras práticas educacionais, mas para toda a minha existência.

A ideia do parágrafo anterior é corroborada no livro “Pedagogia da Esperança”. Neste, Paulo Freire afirma que, às vezes, pensamos nos acontecimentos vividos como se não tivessem uma inter-relação e não se auto organizassem para agenciar outros eventos/acontecimentos. Contudo, segundo

ele, quando paramos para rememorar nossa trajetória de vida, percebemos quantos textos nos foram aparecendo e nos revelando o que deveríamos fazer/dizer, e nem nos demos conta desse processo. Só depois de algum tempo, notamos suas inter-relações.

Desta forma, produzir este memorial me possibilitou um estar comigo. Fiquei diante de mim, por muitos dias. Fiquei angustiado, esperançoso. Fiquei feliz! Lembrei que *para* Jean-Jacques Rousseau, o conhecimento de si não é um problema, é um dado: “*Passando minha vida comigo, devo conhecer-me*” (ROUSSEAU apud STAROBINSKI, 1991, p.187). Produzindo esse texto, pude voltar à casa dos meus pais, rever papéis antigos, revirar artigos, textos produzidos no tempo da educação básica, também revi quase tudo que produzi como educador, quando atuei na educação básica e ensino superior. Promovi uma espécie de encontro comigo mesmo, de maneira vívida até este momento de minha vida acadêmica: o Mestrado!

Como resultado mais aparente deste momento da minha vida acadêmica ofereço a você, caro leitor o que chamarei de núcleo do trabalho, núcleo que está dividido em dois artigos distintos, contudo coadunados. O primeiro, que será apresentado a seguir, refere-se de como o contexto promoveu mudanças no ensino da província, mais especificamente de como a Geometria foi inserida na educação por uma questão de necessidade da Província, no distante século XIX. O segundo refere-se de como a Geometria estava inserida na cultura da época. Neste momento passaremos para o primeiro artigo intitulado: Modificações no Ensino da Matemática na Província do Grão-Pará (1838-1841): inserção da geometria. Espero que gostem da leitura!

## MODIFICAÇÕES NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1838-1841): INSERÇÃO DA GEOMETRIA

### Introdução

No Pará, como em outras partes do Brasil Imperial, as Reformas Pombalinas,<sup>3</sup> instituíram em 1772, as Aulas Régias que eram compostas por duas modalidades: a que consistia em ensinar a “Ler, escrever e contar” e a que abrangia as humanidades que eram aulas de Latim e Retórica, conforme assinala Cardoso (2004, p.187). No século seguinte, ou melhor, em 1838, esse panorama era quase idêntico, conforme assinala Barros (2016, 43-44) pela análise do Relatório elaborado pelo Presidente da Província do Pará, Soares D’Andréa. Portanto, o ensino continuava centrado nas humanidades e na aula de Ler, Escrever e Contar.

Entretanto, em 1841, no plano de estudos do Liceu Paraense, a cadeira de “Aritmética, Álgebra e Geometria” estava presente, como assinalam França (1997), Pais e Leão (2009) e Barros (2016), o que atesta uma mudança acentuada no currículo da Matemática que, anteriormente, se reduzia às aulas de contar. Contudo, há indícios de que as modificações curriculares tenham começado antes, ou melhor, no período que se estende de 1838 a 1841, pois embora este período seja praticamente desconhecido, Pais e Leão (2009), afirmam que ao analisar os traços históricos do ensino secundário da Matemática no contexto das Províncias do Pará e do Amazonas no meado do século XIX encontraram “registros textuais de demanda política pela criação de Aulas de Geometria”.

Nosso objetivo é analisar as mudanças no Ensino da Matemática que se reduzia às aulas de contar. Para isso elaboramos as seguintes questões: Teriam essas mudanças, ocorrido somente em 1841 ou já viriam ocorrendo anteriormente? Quais os ramos da Matemática contribuíram para isso e as condições sociais que as possibilitaram? No que se refere a essas condições,

---

<sup>3</sup> As citadas Reformas desenvolveram-se em dois momentos distintos, que se iniciam respectivamente com a promulgação do alvará régio de 28 de junho de 1759, que cria as aulas régias de gramática latina, retórica e grego, e da lei de 6 de novembro de 1772, que cria as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além das cadeiras de filosofia. (MENDONÇA E CARDOSO, 2008, p.33).

analisaremos os discursos que contribuíram para essa inovação no sistema escolar local; os significados atribuídos à introdução do novo saber por estes discursos e, ainda, a formação escolar e científica e o lugar ocupado na estrutura política pelos que os pronunciaram.

Para responder a estas questões, analisamos leis, relatórios e outros documentos da época, perscrutando discursos favoráveis ou não a possíveis mudanças no ensino de Matemática. A partir dessa análise documental passaremos agora a apresentar os aspectos sociais, os atores, os discursos e a efetivação desta mudança no ensino de Matemática na Província do Grão-Pará.

### **Condições de inserção da Geometria no ensino da Província do Pará**

Retornando ao Ato Adicional de 1834 que tinha como principal finalidade manter a integridade do Império, que passava por um momento conturbado durante a Regência. Este ato passava a educação para responsabilidade das províncias:

Após a abdicação de D. Pedro I em 1831, sob o regime Regencial, o império estava convulsionado por movimentos separatistas — a Cabanagem, a Balaiada e a Revolução Praieira reivindicavam ações descentralizadas que ameaçavam a integridade da nação. O Ato adicional de 1834 conseguiu unir tendências radicais e conservadoras, mantendo o poder Moderador, vitaliciedade do senado, extinguindo o Conselho de Estado; deu maior autonomia às Províncias, criou as Assembleias Legislativas Provinciais, atribuindo-lhes deveres com respeito à educação, desta forma descentralizando o sistema educacional (VECHIA, 2005, p.82).

Estas mudanças na Educação faziam parte de um pacote de medidas que contemplavam algumas reivindicações de movimentos separatistas que buscavam, entre outras coisas, a descentralização de algumas ações do Império, entre estas medidas que conseguiram reunir pensamentos diferentes, destacamos a criação das Assembleias Legislativas que, entre outras funções, passariam a regular o ensino nas Províncias.

Na Província do Grão-Pará, devido a Guerra da Cabanagem (1835-1840), desde a tomada da Capital pelas forças Cabanas, o que provavelmente teria impossibilitado o funcionamento da recém-implantada Assembleia Provincial, o que impossibilitou que ela legislasse sobre o ensino. Essa Guerra foi uma

sedição que ocorreu na Província do Grão-Pará que teve a duração de cinco anos e é considerado um dos conflitos de destaque durante o Império, devido suas peculiaridades:

Durante a Regência do Império no Brasil ocorreram vários movimentos de contestação política, entre eles destaca-se a Cabanagem (1835-1840), por sua vinculação tão nítida quanto intensa e abrangente, com as classes subalternas e duramente oprimidas da sociedade. Este movimento revolucionário também conseguiu, em alguns momentos, seduzir e arrastar outras frações de classe como os pequenos proprietários, artesãos livres, assalariados ligados às diversas atividades mercantis e sacerdotes católicos (RODRIGUES, 2015, p.1).

O Marechal Soares D' Andréa<sup>4</sup> ocupou vários cargos de poder político. Na Província do Pará: foi comandante das armas entre 1830 e 1835, presidente da Província em 1836, deputado suplente à Assembleia Geral Legislativa do Império, pelo Pará com exercício em 1839. Enviado pela Monarquia Brasileira, com o objetivo principal de restabelecer a “lei e a ordem” no Império Brasileiro, D'Andréa chegou ao Brasil junto com a Família Real em 1808. Galgou postos na carreira militar e política, não só no Pará como em várias partes do Brasil, chegando a Marechal. Em 1817 marchou para Pernambuco com o corpo expedicionário enviado para conter a revolução ali em curso. Voltou ao Sul em 1826, em operações contra a invasão Argentina. Ocupou a presidência e o comando das armas de cinco Províncias e foi deputado pelo Rio de Janeiro.

D'Andréa tinha acentuada base matemática na formação acadêmica. Formou-se em Portugal na Academia de Marinha, pelos cursos de *Matemática, Astronomia, Navegação e Prática de Observatório* em 1801 e em *Engenharia Militar*, em 1804.

Em 1838, dois anos após posse de D'Andréa como Presidente da Província do Pará e com a retomada da Capital pelas forças anticabanas<sup>5</sup> a

---

<sup>4</sup>Nasceu em Lisboa em 1781 e faleceu no Rio Grande do Sul em 1858. Chegou a Marechal. Ocupou a presidência de várias Províncias, Santa Catarina (1839); Rio Grande do Sul (1840 e 1848); Minas Gerais (1843) e Bahia (1844). Delas também foi comandante das armas: Santa Catarina (1829 e 1839), Rio Grande do Sul (1840 e 1848), Minas Gerais (1843) e Bahia (1844) e deputado efetivo pelo Rio de Janeiro (1843/1844). Fidalgo da Casa Real (1796), oficial da Ordem da Rosa Barão de Caçapava. Disponível em: [www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/fjosedssoares.html](http://www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/fjosedssoares.html) acesso: 02/08/2018.

<sup>5</sup> Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ªEd.

Assembleia Provincial retoma suas atividades. Neste mesmo ano, na sessão de abertura da recém-instituída Assembleia Provincial, o presidente D'Andréa (1838, p.35) ao relatar<sup>6</sup> sobre o estado da Instrução Pública da Província explana que havia trinta e uma cadeiras de “Primeiras Letras”. Estas em relação à Matemática, se reduziam aos conhecimentos de Aritmética, que eram ensinados por, segundo ele, qualquer pessoa até as que “mal sabem ler, [...] e ainda menos contar, como pode-se ver no trecho em que o presidente se refere aos Professores que lecionavam as primeiras letras<sup>7</sup>:

Pelo uso antigo de se aceitar para ensinar os primeiros rudimentos a um menino, uma velha ou um homem qualquer: e sem muito escrúpulo, se tem conservado o abuso de entender-se que bastão para mestres de primeiras letras homens que mal sabem ler, e de modo nenhum escrever certo, e ainda menos contar (D' ANDRÉA, 1838 p.34).

Neste mesmo documento, o presidente apresentou uma tabela<sup>8</sup> com todas as disciplinas que eram mantidas pelo Erário Público. Ele assinalou a presença de Filosofia, Letras e outras humanidades, mas, não apontou nenhuma referência ao ensino da Geometria na Província do Grão-Pará em 1838.

No Rio de Janeiro, no município da corte que sofria influência de alguns aspectos da modernidade, oriundos da Europa, a Geometria encontrava-se presente. Haidar (2008, p. 94) e Chagas (1980, p.17) assinalam que durante a

---

Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. IV. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968.p. 1009-1010.

<sup>6</sup> Discurso com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1<sup>o</sup> sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838.

<sup>7</sup> Sobre a contratação de Professor de Primeira Letras: LEI Provincial nº6 de maio de 1838 - Autorizou o provimento das cadeiras vagas em pessoas hábeis, podendo, entretanto, na falta destas nomear-se quem as regesse com vencimento de metade dos respectivos ordenados. (BENJAMIM, 1854 p.36).

<sup>8</sup> O presidente D'Andrea ao se referir sobre os pagamentos efetuados aos professores da Província elenca as disciplinas existentes que eram: Uma Cadeira de Philosophia; uma de Rhetorica; duas de Grammatica Latina; um Substituto das Cadeiras da Cidade; três Cadeiras de Grammatica Latinas nas Vilas; duas Cadeiras de Ensino Mutuo na cidade uma cadeira de ensino mutuo nas vilas, uma Professora de meninas e 31 Cadeiras de Primeiras Letras (D'ANDREA, 1838, p. 35).

década de trinta do século XIX, havia aula de Geometria<sup>9</sup>, sendo que em 1837 com a fundação da Escola de Pedro II em 1837, a Geometria se manteve presente.

Com a chegada de D'Andréa em 1838 — que era formado em Matemática —, após a retirada das forças cabanas da capital, a Assembleia Provincial, que era responsável pela normatização da Instrução Pública, passou a funcionar. Entre as propostas que passaram a ser discutidas pelos membros da Assembleia, se situam aquelas referentes à inserção de saberes Geométricos na Província, modificando posteriormente o sistema educacional paraense que era centrado nas aulas de “Ler, Escrever e Contar”. Estas propostas serão analisadas a seguir.

### **Discursos favoráveis à Geometria**

Com o retorno do funcionamento da Assembleia Provincial começaram a emergir discursos favoráveis à modificação da Instrução Pública paraense, estes mesmos discursos são observados em outras províncias, conforme Pais e Leão (2009 p. 38) ao afirmarem que em meados do século XIX, começaram a emergir discursos favoráveis à Geometria nas províncias do Maranhão e do Ceará. “O motivo dessa demanda era que os exames preparatórios para o ingresso nos cursos jurídicos, de Recife e São Paulo, passaram a incluir esse conteúdo matemático”. Afirmam também que nesse momento, ou melhor, em 1838, esses discursos podem ser vistos no Pará. Como vimos anteriormente, os autores assinalaram alguns fatores externos que influenciaram a introdução da Geometria no Pará, como a exigência deste saber nos exames de admissão em algumas universidades de outras cidades do Brasil. Entretanto, eles não focalizaram nas análises que realizaram as condições locais que contribuíram ou não para a inserção deste saber na Província. É o que faremos no decorrer de nossa análise.

---

<sup>9</sup>Esta mesma pesquisa aponta que haviam também no Rio de Janeiro as aulas de Latim, Grego, Retórica, Filosofia, Francês, Inglês além de uma de cunho profissionalizante de Comércio. Sendo que os cursos profissionais eram “ministrados no Instituto Comercial, em que se transformara a Aula de Comércio da Corte, e na Academia de Belas Artes, a que se atribuíram objetivos de formação industrial” (CHAGAS, 1980, p.17).

O discurso do Presidente D'Andréa realizado para a Assembleia Provincial, em 1838, propõe que sejam realizadas várias obras públicas na capital da Província, tais como: cais, alfândega, cadeia e mercado. Considerava estas construções uma necessidade imperativa:

Precisamos cercar com um Cais, bem construído, toda esta Cidade, não só pela beleza que disto resulta; mas sobre tudo para o cômodo de seus habitantes, melhor arrecadação dos direitos públicos, e melhor fiscalização Policial.

Precisamos de uma boa, e segura Cadeia Civil; e além dela de uma Casa de correção para toda a Província.

Precisamos de uma boa alfandega, capaz de corresponder aos destinos futuros deste Porto, se a Província chegar algum dia a melhorar a sua comunicação interna.

Seria muito útil edificar um Mercado Geral dos gêneros de exportação, ou Consumo, aonde a concorrência fixasse melhor o preço do mercado, e tornasse fácil a todos os lavradores disporem dos seus efeitos, sem estarem sujeitos à má fé de alguns monopolistas.

Precisamos enfim de muitas outras obras, que devem correr pela Despesa Geral; mas que por terem esta qualidade, não carecem menos de Mestres, e Artistas que se entendam com seus Misteres (D' ANDREA, 1838, p.28).

Para D'Andréa a construção de um cais além de embelezar a cidade serviria para melhorar a arrecadação dos impostos e fiscalização policial, demonstrando além de uma preocupação com a estética da Província, preocupações com o ordenamento, a fiscalização e a segurança pública. Estes mesmos argumentos são usados para justificar a construção de uma cadeia pública, uma casa de correção e de uma alfândega que seria integrada ao porto que teria como objetivo a fiscalização. O mercado teria como propósito permitir que os lavradores vendessem seus produtos diretamente para a população sem a ação dos “monopolistas”, sendo que para construir todas essas obras seriam necessários “Mestres” e “Artistas” que conhecessem os seus “Misteres”. Chamamos a atenção para a palavra “Misteres”. Não está ligada a um sentido místicos e sim relacionada aos afazeres da profissão.

Assinala ainda que na Província não havia mão de obra especializada para estas realizações e propunha que o Erário Público arcasse com as despesas de um “Mestre de Geometria Prática e Desenho”:

Convém igualmente autorizar a despesa de Mestre, não só de primeiras Letras, serviço feito até agora pelo Pedagogo; mas de um Mestre de Geometria Prática e Desenho: preliminar indispensável a todo e qualquer artista (D'ANDREA, 1838, p.30).

Segundo D'Andréa o objetivo maior de trazer estes Mestres seria de formar um "Corpo de Obreiros" que ensinasse os "mistérios" da profissão para aprendizes, criando uma mão-de-obra especializada que seria utilizada para suprir a demanda das construções da Província:

A estes Mestres se entregará um numero crescido de aprendizes; e de todos se formará um Corpo de Obreiros fixo, e organizado em obediência sucessiva, como exige a boa ordem. Para estes obreiros sempre haverá obras; e então, achando-se entre eles toda a instrução sucessivamente adquirida, será fácil achar homens para todas as empresas, e ei-lhes dando importância à medida que a forem tendo (D'ANDRÉA, 1838, p.28-29).

Segundo este Presidente para atrair alguns dos melhores Mestres da Europa seria necessário que o governo oferecesse certa quantia, com o intuito de formar a base de uma companhia de obras:

Uma consignação, que não seja menor de trinta contos de reis, habilitara o Governo da Província a chamar pelos seus nomes alguns dos mais acreditados Mestres da Europa, para virem formar o casco de uma boa companhia de Obras Públicas[...] (D'ANDREA, 1838, p.29).

Notamos nesse relatório que a finalidade da Geometria seria para a construção das obras públicas, estas obras deveriam ser construídas por pessoas especializadas, ou seja, que conhecessem esses saberes e sua aplicação prática arquitetônica.

Em 1839, D'Andréa é substituído por Bernardo de Souza Franco na presidência da Província. Este havia se formado bacharel em Direito, quatro anos antes, em Olinda, onde obteve destaque acadêmico e fora premiado ao longo do curso. Desde a juventude demonstrou inclinação para a política, chegando, aos vinte e três anos de idade, a lutar pela independência do Pará, sendo por causa disso levado preso a Portugal. Ao ser libertado, retornou ao Pará e se envolveu na política, assumindo cargos de Deputado, Senador e

Presidente de Províncias, como Pará e Alagoas; foi, ainda, redator de jornais pernambucanos, como a Voz do Beberibe e Diário de Pernambuco<sup>10</sup>.

Neste mesmo ano, em discurso<sup>11</sup> realizado para a Assembleia Provincial o Presidente Franco sugerindo a criação de novas cadeiras para o ensino, propõe a criação de uma aula de Geometria na Província:

Faltam-nos, portanto, na Província além das Cadeiras de Geometria, que é da primeira necessidade, uma de Botânica descritiva e aplicada – uma de Geometria aplicada as Artes – uma de Arte veterinária, indispensável para ver se se descobrem meios de extinguir a epidemia terrível que tem morto o gado cavalar quase todo da Província – e um pequeno curso de Comércio (FRANCO, 1839, p. 5).

Neste discurso Souza Franco afirma que a criação de uma cadeira de Geometria seria prioridade, sendo que as aulas de “Geometria, Línguas Estrangeiras, Princípios da Escrituração e Direito Mercantil”, seriam direcionadas para aqueles que ambicionassem ser “negociantes” e “Geometria aplicada às Artes”, aos que quisessem ser “artistas”.

Ainda em 1839, Antônio Baena<sup>12</sup>, militar, estudioso de História, Geografia e Matemática e que havia ensinado esta última na escola Militar, ocupando a Cadeira “Matemática Aplicada a Artilharia”, em seu segundo e minucioso livro intitulado: “Ensaio corográfico sobre a Província do Pará” refere-se sobre a instrução pública desta Província no qual relata que o ensino de Matemática nas

---

<sup>10</sup> A consulta ao livro Galeria dos Brasileiros Ilustres (os contemporâneos), de 1861, de S.A. Sisson, digitalizado e disponibilizado na internet pela Brasiliana Digital (USP) nos permitiu extrair essas informações sobre Bernardo de Souza Franco.

<sup>11</sup> Discurso recitado pelo Exm°.Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARÁ. Quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.

<sup>12</sup> Antônio Ladislau Monteiro Baena nascido em Portugal em 1782 vindo a falecer no Pará em 1850 chegou ao Pará em 1803 com o nomeado Governador da Capital General Noronha e Brito. Militar, Geógrafo e Historiador. Chegando a patente de Major do Corpo de Artilharia e como professor na cadeira de Matemática da Escola Militar entre 1820-1823. Em 1821 foi nomeado interinamente Governador de Macapá, porém retornando em menos de um ano a Belém, retornando as suas atividades de Professor de Matemática e Militar. Escreveu os livros Compêndio das eras da província do Pará (1615-1823) em 1838 e Ensaio corográfico sobre a província do Pará em 1839. Obras fundamentais para o conhecimento das origens amazônicas. Para esse fim, recorreu como fontes aos arquivos paroquiais, cartórios e Câmaras Municipais, apresentando dados geográficos físicos, de flora e de fauna, demográficos, econômicos e de administração pública (civil e judiciária) da Província. Fonte: Silva (1969).

escolas de “primeiro grau” tratava dos “princípios e regras fundamentais da Aritmética”:

O primeiro grau compreende as escolas destinadas ao ensino da arte de ler e escrever, dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo, cujas escolas servem de preliminares aos estudos maiores e delas precisam os homens que vivem em sociedade civil qualquer que seja a sua condição ou profissão. Os segundos graus contam com as escolas de gramática latina, filosofia racional e moral, de retórica, de geometria e de língua francesa (BAENA, 2004, p.203).

Neste mesmo relatório Baena se refere às “Escolas” existentes nesse momento. Segundo Silva (1969, p.188) a palavra escola era sinônima de aula “criavam-se escolas dessa ou daquela matéria, de latim ou de outras disciplinas, como Aritmética, Geometria, Trigonometria”. Baena relata que havia uma “Escola de Geometria” na cidade, mas que estava “vaga desde que foi estabelecido” (Baena, 2004, p.206), provavelmente ele se referia ao fato de que em 1839, no mesmo ano do seu Relatório é promulgada a Lei que cria a “Escola de Geometria”, contudo esta ainda não estaria funcionando.

De acordo com o que foi visto, em 1838 começam a emergir discursos favoráveis à inserção de novos saberes da Matemática, mais especificamente os Geométricos que seriam úteis nas construções de estruturas arquitetônicas da cidade, discursos semelhantes são observados no ano seguinte; os quais defendem que a criação de uma cadeira de Geometria seria de “primeira necessidade” para a Província. Esta demanda pela cadeira de Geometria favoreceu efetivas mudanças no ensino da Matemática em 1839.

### **Efetivações das Mudanças no Ensino de Matemática**

A partir da emergência de discursos favoráveis à modificação do Ensino de Matemática na Província, mais especificamente sobre a necessidade da criação da Cadeira de Geometria é que se começou a engendrar a “Escola de Geometria” que foi concretizada em 1839, conforme será visto a seguir.

Em 1839, Souza Franco sancionou várias Leis<sup>13</sup> referentes à Educação, o que iria modificar o cenário educacional, inclusive a Lei<sup>14</sup> de 16 de outubro de 1839 que criou uma aula de Geometria na capital. Para ele essas e outras mudanças teriam o objetivo de manter a Província em um estado de sossego e tranquilidade:

Todos esses melhoramentos, Senhores, supõem um estado de sossego e tranquilidade para que caminhamos, e que se irá preparando, e promovendo quanto em nossas forças cabe; e a proporção do caminho, que em uma estrada avançarmos, e que também na outra devemos ir adiantando. Hoje, porém, e primeiro que tudo e mister tratar de viver, e viver com segurança, e com sossego, e tranquilidade; de obstar de todo o modo possível a nova irrupção da força bruta, e desenfreada contra a massa inteligente, ilustrada e pacífica; desenfreamento, e irrupção, que e sempre o resultado das pequenas desobediências não contidas, das tentativas de sedição, e do desrespeito dos inferiores para com os Superiores. Tanto sangue derramado, tantas vidas perdidas, tantas misérias e desgostos sofridos, não serão bastantes para exemplo! E cite terrível exemplo!! (FRANCO, 1839, p. 5).

Essas mudanças, ou seja, “todos esses melhoramentos”, das quais havia a proposta da criação de uma aula de Geometria, estavam inseridas no contexto de busca para restabelecer a “civildade” na Província. Isso evitaria “a nova irrupção da força bruta, e desenfreada contra a massa inteligente, ilustrada”. A

---

<sup>13</sup> Lei nº 30, de 28 de setembro de 1839. Autoriza o governo a prover interinamente as cadeiras de retórica, francês e primeiras letras da Província. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.71). Lei nº 33, de 30 de setembro de 1839. Autoriza o presidente da Província para instituir nesta cidade uma Escola Normal. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.71).

<sup>14</sup>O Doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Grão-Pará &. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa resolveu, e eu sancionei a Lei seguinte: Art.1º. Fica criada nesta cidade uma aula de geometria, cujo lente vencerá o ordenado de 600\$000 réis por ano.

Art.2º. Fica o Governo da Província autorizado.

§1.º A prover cadeira dando à lente as instruções necessárias para o bom regime da mesma aula.

§ 2.º A nomear pessoa idônea para a reger dando-lhe o ordenado por inteiro, porém sujeitando-se a deixar de servir logo que se apresente outrem, que se sujeite ao exame da Lei. Ficam revogados todas as leis e disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento deste Decreto pertencer, quem a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém. O Secretário Interino desta Província, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo do Pará aos quatorze dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e nove, décimo oitavo da independência, e do Império.

Bernardo de Souza Franco

L.S. Publicada e selada nesta Secretaria de Governo aos 16 de outubro de 1839. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.72).

guerra da Cabanagem começava a chegar ao seu fim “Belém acabou sendo praticamente destruída e a economia, devastada. Calcula-se que 30 mil pessoas morreram, entre rebeldes e legalistas, ou seja, cerca de 20% da população estimada da Província”, conforme Boris (1996, p. 166). Entretanto, ainda havia focos de resistência e essas mudanças serviriam para apaziguar a região.

Em 1840 João Antônio de Miranda<sup>15</sup> substituiu Souza Franco na presidência da Província. O Presidente Miranda era formado em Direito em Olinda, ocupou o cargo de desembargador e senador do Império, foi Presidente da Província do Ceará entre 1838 e 1839, e do Pará de 19 de fevereiro a 5 de novembro de 1840.

Neste mesmo ano em discurso<sup>16</sup> realizado para a Assembleia Provincial, o Presidente Miranda faz referência à recém-criada cadeira de Geometria, que contava com “17” alunos e estava funcionando na capital, no Seminário Episcopal:

No fim deste Relatório encontrareis o mapa das escolas públicas da Província. A escola de Geometria decretada pela Lei nº 41 de 1839 acha-se provida na forma do § 2º do Art. 2º dela. Conta hoje a Capital um Seminário Episcopal, em que ensina Latim, Teologia, e Música Vocal, uma aula de Filosofia, uma de Retórica, uma de Geometria, uma de Francês, uma de Latim, e três públicas de primeiras letras para um e outro sexo (MIRANDA, 1840, p 19).

O primeiro professor desta nova Cadeira o Tenente Manoel Ignacio Bricio<sup>17</sup>, era formado em Matemática e ocupou cargos de comando militar. Bacharelou-se em Matemática, cursou a Academia de Marinha no Rio de Janeiro, serviu na Marinha e no Exército, ocupou importantes cargos e

---

<sup>15</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 1805 e faleceu na Corte em 1861 ocupando o cargo de Senador do Império. Fonte: SÁ, Gildácio. João Antonio de Miranda: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<sup>16</sup> Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antônio de Miranda Presidente da Província do Pará. Na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. No dia 15 de agosto de 1840.

<sup>17</sup> Bricio, nasceu em 8 de fevereiro de 1814 em Fortaleza e faleceu a 17 de novembro de 1877. Fonte: SÁ, Gildácio. Bricio Manoel Ignacio: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

comissões como Coronel do Estado Maior e comandante das armas nas Províncias do Amazonas, Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul. Foi diretor do Arsenal de Guerra e das obras militares de Pernambuco e cavaleiro das Ordens de S. Bento de Aviz e Cristo.

Em abril de 1841, o relatório<sup>18</sup> apresentado à Assembleia Provincial pelo vice-presidente da Província, Souza Franco, entre outras coisas se refere as “Escolas Maiores e Menores” e aos professores que ministravam as aulas, sendo que a de Geometria era ministrada pelo “Dr. João Baptista Gonçalves Campos”. Este, segundo Silva (1969), bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Recife. Em Belém foi juiz municipal e lecionou de forma gratuita Matemática no ensino secundário. Nomeado desembargador do tribunal da relação do Maranhão, desempenhando ao mesmo tempo a função de procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Exerceu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, órgão máximo do judiciário. Foi deputado em legislatura na Assembleia Provincial.

Nesse mesmo relatório Franco assevera a presença de dezessete alunos, mesmo número do ano anterior, o que demonstra que com a mudança do professor não houve modificações na quantidade de alunos que frequentavam a aula de Geometria. Ainda em relação aos alunos o Relatório aponta que todos eram do sexo masculino.

Em junho deste mesmo ano, 1841, Souza Franco sancionou a Lei<sup>19</sup> que modificou a estrutura educacional da Província:

A Instrução Pública paraense passou por acentuadas transformações em 1841, a partir da Lei que regulou a Instrução Primária e Secundária e criou a Diretoria da Instrução Pública e o Liceu Paraense, primeira escola de ensino secundário, criada na Região. Essas transformações foram precedidas pelas propostas, nos anos anteriores, pelos relatórios e outros documentos enviados pelos governantes à Assembleia Legislativa (BARROS, 2016, p.43).

---

<sup>18</sup> Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco Vice-presidente da Província do Pará. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1841.

<sup>19</sup> Lei nº 97, de 28 de junho de 1841. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.74).

Entre essas mudanças no ensino, a Geometria, passaria a ser ensinada no Liceu Paraense, logo que foi criado, em 1841. Passou a fazer parte da Cadeira<sup>20</sup> “Aritmética, Álgebra e Geometria”, marcando desta forma uma acentuada mudança no ensino de Matemática na Província do Pará, no período analisado.

### **Algumas considerações**

Como vimos anteriormente nosso objetivo foi analisar as mudanças ocorridas no currículo de Matemática, na Província do Pará entre 1838 a 1841 e, ainda, as condições que possibilitaram essas mudanças. Seguem algumas conclusões.

Em 1838, começaram a emergir discursos pronunciados pelos presidentes da Província, favoráveis para a inserção de novos saberes da Matemática. O presidente D’Andréa se reporta sobre a necessidade de ter pessoas especializadas, na Província, para construção de obras públicas, às quais ele chamou de “mestres de Geometria Prática”. Estes seriam trazidos da Europa e ficariam responsáveis, também, pela formação de “aprendizes”, para atuar nas construções e formar um corpo de obreiros para implantar obras arquitetônicas conforme os modelos dos países europeus, de origem destes mestres. Em 1839 o presidente Souza Franco, afirma que a criação de uma Cadeira de Geometria “seria de primeira necessidade”. A educação seria parte de um processo “civilizatório” que restabeleceria a paz e o sossego na Província, que atravessava a Guerra da Cabanagem.

A formação dos presidentes é outro fator que favoreceu a modificação deste cenário. O presidente D’ Andréa era formado pela Academia de Marinha de Portugal em Matemática, Astronomia, Navegação e Prática de Observatório e Engenharia Militar. Os presidentes, Miranda e Franco eram formados na Faculdade de Direito em Olinda, onde circulavam discursos “civilizatórios” da época.

---

<sup>20</sup> Cadeiras Presentes no Primeiro plano de estudos do Liceu Paraense: 1ª. Língua Latina. 2ª. Língua Francesa 3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria 4ª. Filosofia Racional e Moral. 5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil. 6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. 7ª. Escrituração Mercantil e contabilidade 8ª. Língua Inglesa. Fonte: Lei nº 97, de 28 de junho de 1841. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012.p.75).

No início da década de 1840 começaram a ser efetivadas mudanças no ensino de Matemática. Neste ano a Província passou a contar com aulas de Geometria que funcionavam no Seminário Episcopal, após terem sido criadas por Lei sancionada no ano anterior. Essas mudanças continuaram em 1841, pois a Cadeira “Aritmética, Geometria e Álgebra” foi introduzida no Liceu Paraense, criado nesse momento.

Como podemos constatar no período que se estende de 1838 até 1841 a trajetória da Matemática no sistema educacional paraense se resumia as aulas de Contar, foi efetivamente mudada pela introdução da aula de Geometria que desde o início, deste período, passou a ser requerida nos discursos dos Presidentes da Província do Grão-Pará.

## REFERÊNCIAS (Capítulo I)

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Conselho Editorial, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal; v. 30).

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 2ed. Belém: Universidade Federal de Pará, 1969.

BARROS, Jônatas Barros. **A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino**. 2016. 78 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.

BENJAMIM, Curcino. **Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará (1838-1854)**. Por André Curcino Benjamim. Tipografia Comercial de Antônio José Rabello Guimarães. Pará. 1854.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

CARDOSO, T. F. L. As Aulas Régias no Brasil, in STEPHANOU, BASTOS, M. H. (orgs.), **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** (sec. XVII, XVIII), Petrópolis, Vozes, 2004 (p.179-191).

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus – antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1980.

D'ANDREA. Francisco José de Souza Soares. Discurso com que o Presidente da Província do Pará Fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, no dia 2 de março, de 1838. Tipografia de Santos e Santos Menor, Pará, 1838.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excmo. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa, no dia 14, de abril, de 1841.* Pará, Typ. de Santos & filhos, 1841.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excmo. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, quando Abriu a Assembleia Legislativa, no dia 15, de Agosto, de 1839.* Pará, Typ. de Santos & filhos, 1839. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/498/>

FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889**, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Haidar. Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império.** Edusp, São Paulo, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Francisco José de Sousa Soares de Andréa**, barão de Caçapava. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/fjosedssoares.html>> . Acesso em: 02 ago. 2018.

MELO, Clarice Nascimento de; ALMEIDA, K.N.C de; ROSÁRIO, Maria J. A do. DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO DO PARÁ IMPERIAL (1839-1889). (coleção documentos da educação brasileira). Belém: SBHE, 2012. ISBN: 978-85-9054-852-2.

MENDONÇA, Ana Waleska e CARDOSO, Tereza F. L., (2008). A Gênese de uma Profissão Fragmentada, **Revista Brasileira de História da Educação**, n 15, setembro/dezembro, 2008, p.31-52.

MIRANDA, João Antônio de. *Discurso Recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Pará na Abertura da Assembleia legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1840.* Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.

PAIS, Luiz Carlos; LEÃO, Tarcísio Luiz de Souza. Elementos históricos da educação matemática nas províncias do Pará e do Amazonas. **Revista Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 29-52. 2009.

RAIOL, Domingos Antônio, Barão de Guajará. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835.** 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970 (1865-1891).

ROCQUE, Carlos. **Cabanagem: epopeia de um povo**. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**. v.6, Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **“Civilizar” e integrar: educação, política e ideologia na província do Pará após a cabanagem**. 2015. Trabalho apresentado ao XII Congresso Nacional de Educação EDUCERE, Paraná, 2015.

SÁ, Gildácio. **João Antonio de Miranda**: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia. Disponível em: [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3088&catid=297&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3088&catid=297&Itemid=101). Acesso em: 29 set. 2018.

SÁ, Gildácio. **Manoel Ignacio Bricio**: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia. Disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v.94. (Atualidades Pedagógicas).

SILVA, Ricardo Borges Ferreira da. **Vultos Notáveis do Pará – Conselho Estadual de Cultura**, Belém: Imprensa Oficial, 1969.

SISSON. S.A. **Galeria dos Brasileiros Illustres (os contemporâneos): Retratos dos Homens mais Illustres do Brasil na Política, Ciências e Letras**, desde a Guerra da Independência até os Nossos Dias. Lithographia de S. A. Sisson, Editor, Rio de Janeiro, 1861.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as Elites. In STEPHANOU, Maria. e BASTOS, Maria Helena (orgs.), **Histórias e Memórias da Educação no Brasil (v. 2 – Século XIX)**, Petrópolis, Vozes, 2005.

## A TRAJETÓRIA DA GEOMETRIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO – PARÁ (1841-1851)

### Introdução

O capítulo anterior teve por objetivo analisar as modificações no ensino da Matemática, ocorridas entre 1838 a 1841 na Província do Pará, sendo que estas mudanças foram precedidas, desde 1838, por discursos favoráveis à implantação de um novo saber: a Geometria. Notamos que, uma das principais mudanças voltadas para a efetivação deste novo saber foi a ditada pela Lei nº 30 de 1839 que criava a “Escola de Geometria”, prescrevendo o funcionamento, no Seminário Episcopal, entre 1840 e 1841.

Concluimos que houve várias razões, que justificaram a inserção deste saber na Província, tal como: a necessidade de pessoas especializadas para a realização de obras públicas como o cais, alfândega, delegacia entre outras. Mostrando que o propósito de modificar a arquitetura estava presente naquele momento no contexto local, com o intuito de receber as ideias e as práticas modernas que estavam entrando da Europa. Esse capítulo encerra-se em 1841, com a criação do Liceu Paraense, mas que conforme França *et al* (1997) mostram a existência da Geometria como sendo um dos saberes presentes nesta instituição.

Com relação à Geometria, no Liceu Paraense, este saber é notado no plano de ensino desta escola desde a sua criação, se fazendo presente na Cadeira intitulada “Aritmética, Álgebra e Geometria”, ou seja, era um dos três ramos da Matemática que compunham esta Cadeira. O ensino no Liceu foi alvo de algumas pesquisas como: França (1997), Pais e Leão (2009), Barros (2016), Santos e Alves (2018); pesquisas que serão apresentadas de forma sintética a seguir:

A Dissertação de França (1997) teve como propósito “investigar o processo de criação e desenvolvimento do ensino secundário público na Província do Pará, na segunda metade do século XIX, através do estudo do Liceu Paraense”. Apresentou aspectos da criação do Liceu Paraense em 1841. Apesar da pesquisadora não focar sua análise historiográfica na Geometria, ao

discorrer sobre o ensino no Liceu refere-se à Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” que se encontrava presente desde a fundação desta instituição<sup>21</sup>.

Ainda sobre esta Cadeira, no Liceu Paraense, Pais e Leão (2009), no artigo “Elementos Históricos da Educação Matemática nas Províncias do Pará e do Amazonas”. Na seção referente à reforma de 1841, da Instrução Pública Paraense, assegura que a Cadeira Aritmética, Álgebra e Geometria obedeciam à mesma divisão dos saberes Matemáticos encontrados na instituição de referência localizada no Rio de Janeiro. O artigo não ventila sobre aspectos relacionados ao contexto local relacionados a este saber.

Outra pesquisa que também tangencia o ensino de Geometria no Liceu Paraense é a tese de Barros (2016), intitulada “A Introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino”, que enfatizou a importância do Liceu Paraense para a introdução das Ciências no ensino da Província. A pesquisa ao apresentar o primeiro plano de estudo do referido colégio, revela a existência da Cadeira Aritmética, Álgebra e Geometria como pertencente a este plano.

Por fim, em Santos e Alves (2018) no artigo<sup>22</sup> intitulado “Inovações Matemáticas no Ensino da Província do Grão-Pará (1838-1841): inserção da Geometria” mostrou que houve o funcionamento de uma “Escola de Geometria” nesta Província, nos anos de 1840 e 1841. Apresenta que o pleito pela Geometria estava presente nos discursos presidenciais desde 1838. O artigo mostra que a demanda pelos saberes Geométricos estava ligada ao desejo de modificar a arquitetura da cidade e de “civilizar” a população da Província, conforme os padrões ditados pela modernização, proveniente da Europa. O artigo finaliza, apresentando que a Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” integrava o primeiro plano de Ensino do Liceu Paraense em 1841.

Pelo que foi dito, pode se constatar que as pesquisas de Barros (2016), França (1997), apesar de analisarem aspectos do Liceu, por não ser seus

---

<sup>21</sup> Cadeiras Presentes no Primeiro plano de estudos do Liceu Paraense: 1ª. Língua Latina. 2ª. Língua Francesa 3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria 4ª. Filosofia Racional e Moral. 5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil. 6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. 7ª. Escrituração Mercantil e contabilidade 8ª. Língua Inglesa. Fonte: Lei nº 97, de 28 de junho de 1841. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012.p.75).

<sup>22</sup> Artigo oriundo do primeiro capítulo deste trabalho publicado na revista REMATEC - Ano 13 - n. 27 - jan./abr. 2018.

objetivos não lançam luzes sobre a Matemática nesta instituição e que Pais e Leão (2009), enfatiza que aspectos externos influenciaram este conhecimento em Santos e Alves (2018) apresenta que a Geometria, fazia parte de um processo de modernização e “civilização” da Província.

Podemos perceber como ponto de ligação das pesquisas, que todas apresentam que a Geometria se fazia presente desde a fundação do Liceu Paraense, em 1841, mas por não fazer parte dos objetivos das pesquisas não analisam este ramo da Matemática. Outro fato relevante observado em nossos estudos preliminares, foi uma “nova” reforma na instrução pública paraense que teria ocorrido em 1851, como será vista mais adiante, que entre outras coisas, propunha modificações no ensino da Geometria no Liceu Paraense, portanto:

O objetivo deste capítulo é *Analisar a trajetória da Geometria na Província do Pará e como este saber se inseria no contexto cultural da época entre 1841 a 1851.*

Buscando atingir nosso objetivo a análise historiográfica usará elementos dos “Estudos culturais”. A cultura é o todo, contudo, para atingirmos nosso objetivo analisamos apenas alguns aspectos culturais como Leis, Relatórios Presidenciais e Jornais que nos darão subsídio de como a Geometria se inseriam no contexto cultural da época, mais especificamente, no Liceu Paraense.

A cultura é uma condição determinante para compreender a prática da inserção da Geometria e a sua trajetória no Liceu Paraense, indo ao encontro desta perspectiva e ao nosso objetivo é que formulamos alguns questionamentos os quais buscamos responder no decorrer do capítulo: Qual a trajetória da Geometria no Liceu Paraense? Quem eram os professores indicados e quais os lugares que eles ocupavam nas estruturas de poder vigente? Qual o significado da Geometria presente nos discursos da época — leis, relatórios governamentais e notícias de jornais?

Neste momento, ao finalizarmos a breve introdução deste segundo capítulo, começaremos a apresentar de como se deu a inserção da Geometria na cultura da Província, dentro de nosso corte temporal. Iniciamos com as pesquisas que apontam a existência da Geometria na Província no Liceu Paraense.

## **A reforma da Instrução Pública na Província em 1841 e o ensino da Geometria no Liceu**

A Lei<sup>23</sup> de 28 de julho de 1841 que reformou a instrução pública na Província do Pará determinou que o ensino da Geometria fizesse parte da Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria”. Esta mesma Lei previa a fundação de uma instituição, que receberia o nome de “Liceu Paraense” que agregaria quase todas as “Aulas Maiores” ou “Escolas” existentes na Província, como eram chamadas as aulas de nível secundário. Segundo esta mesma Lei, a instrução pública na Província fora dividida em “primária” e “secundária”, sendo que a primária ainda era subdividida em duas classes.

Segundo França(1997) o Liceu Paraense que fora fundado em 1841 foi a primeira instituição de ensino secundário da Província, como já mostrado. Nesta instituição havia o ensino de Geometria por meio da Cadeira Aritmética, Álgebra e Geometria. O ensino deste saber<sup>24</sup> também encontrava-se presente no Colégio Dom Pedro II em 1841 (TAVARES,2002, p. 38). Instituição que pretendia ser referência para a instrução secundária do país (BARROS, 2016, p.57).

Em relação ao ensino de Geometria no Liceu Paraense o regulamento de 1841 previa dois cursos, um de “Humanidades” com duração de cinco anos e outro de “Comércio” com duração de dois anos. Os alunos que optassem por qualquer um dos dois seriam obrigados a cursar a Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria”, podendo também cursá-la de forma autônoma, assim como as demais oferecidas nesta instituição. A previsão da obrigatoriedade dos alunos em cursar a cadeira mostra de certa forma, a importância que os saberes da Geometria possuíam para aqueles que elaboraram o regulamento do Liceu.

Conforme mostrado, nos parágrafos anteriores, havia a previsão do funcionamento no Liceu Paraense de uma Cadeira que seria responsável pelo ensino de Geometria. Mostraremos a seguir a efetivação do funcionamento desta cadeira nesta instituição de ensino.

---

<sup>23</sup> Lei nº 97, de 28 de junho de 1841. Cria o Liceu Paraense, e regula a instrução primária e secundária nesta Província (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012.p.74-78).

<sup>24</sup> Em relação ao ensino de Matemática, mais especificamente, ao ensino de Geometria na Escola de Pedro II. Ferreira e Vechia (2004, p.12), enfatizam que era ensinado por meio da “Cadeira Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Dinâmica”. Ainda sobre o ensino de Geometria Tavares (2002) que pesquisou sobre o ensino de Matemática na Escola de Pedro II, nos informa que segundo o decreto de 1841 o ensino deste saber seria restrito ao sexto ano.

## O Relatório Presidencial de 1842

De acordo com o Relatório da Presidência da Província, apresentado em 1842, pelo vice-presidente Souza Franco à Assembleia Provincial estava em pleno funcionamento a aula de Geometria no Liceu Paraense. O presidente relata que em visita a esta instituição de ensino, havia assistido a algumas aulas:

Tenho assistido a algumas lições e visto com prazer, que as Aulas de Frances e Geometria em grande nº de discípulos, e alguns com muito bons desejos de aprender; que na de Latim continua a se esforçar muito o Professor; e que as outras, bem que pouco frequentadas, prometem ser úteis para o futuro (FRANCO, 1842, p 12.).

Franco (1842) observa que um grande número de alunos assistia às aulas de Geometria assim como as de Francês, algo que segundo ele não acontecia em outras cadeiras. A presença do vice-presidente da Província na aula de Geometria, assim como em outras, assinala a importância que essas “lições” tinham para ele que era governante da Província.

Segundo o mesmo relatório, assinado pelo vice-presidente da Província Souza Franco, todas as aulas da Província passariam a ser ministrada em um só lugar, o que, segundo ele, garantiria uma maior fiscalização e desenvolvimento para a maioria dos alunos:

Instalou-se no dia 17 de janeiro último, o Liceu mandado criar nesta cidade pelo art. 11 da Lei Provincial nº 97 de 3 de julho do ano pp, e bem que, Instituição nova, não esteja ainda devidamente montada, e lhe falte casa apropriada, para qual “he mister” , que voteis os meios preciso com tudo conhece-se já a vantagem deste Estabelecimento, e a emulação que provem da reunião de **todas as aulas em um só local**, unida a maior fiscalização e zelo no ensino, vai produzindo adiantamento em grande parte dos alunos (FRANCO,1842, p.12 grifos nosso).

Por este trecho do relatório, “todas as aulas em um só lugar”<sup>25</sup> podemos inferir que a “Escola de Geometria” que antes da fundação do Liceu funcionava

---

<sup>25</sup> É importante que se registre que devido a afirmação “todas as aulas em um só lugar” inferimos que a Escola de Geometria havia saído do Seminário Episcopal, contudo em outro trecho do mesmo relatório Franco refere-se a um professor de Música que havia chegado de Lisboa daquele mesmo ano e que entre outras aulas iria “ensina em uma aula aberta ao público no Seminário Episcopal “(Franco, 1842, p.9). Em outro relatório o presidente Silva Vellozo elenca as cadeiras que ficaram no Seminário e Episcopal “vereis que permanecem ali quatro Cadeiras, de Gramatica Latina, Filosofia Racional, Teologia Moral e Música vocal” (Vellozo, 1844, p.57). O que nos faz inferir que o Seminário Episcopal continuou atuando na Educação da Província, contudo sem a “Escola de Geometria”.

no Seminário Episcopal, passaria a integrar o plano de ensino desta nova instituição, intitulada de Cadeira de “Aritmética, Álgebra e Geometria”.

Ainda neste mesmo relatório, Franco ao apresentar o regulamento da Companhia dos Jovens Educandos da Província do Pará assinala que alguns educandos poderiam receber lições de Geometria aplicada às artes:

Art.11.º O Estabelecimento garante aos Educandos o ensino da Instrução primária e doutrina cristã, e um Ofício Mecânico. Os que demonstrarem talentos e aplicação terão lições de Geometria aplicadas as artes, logo que haja Professor, e de música vocal, e instrumental os que tiverem decidida vocação para esta Arte liberal (FRANCO,1842, p.51).

O relatório não faz nenhuma referência, ou define estas “artes”, nem tampouco, qual seria o conteúdo ensinado nesta aula, apenas informa que seriam restritas aos que demonstrassem algum “talento”. Apesar do Regulamento prever o ensino de Geometria, que aconteceria “logo que haja” professor não podemos inferir que estas aulas aconteceram na Companhia dos Jovens Educandos do Pará em 1842. Embora seja um pouco deslocada de nosso corte temporal, Rizzini (2004) nos informar que, provavelmente, havia aulas de Geometria em 1840 em uma instituição semelhante em São Paulo.

Em relação à Companhia dos Jovens Educandos da Província do Pará, foi fundada em 1842 e tinha como objetivo atender crianças desvalidas que tivessem entre 10 e 14 anos que gozassem de saúde, recebiam educação, moradia e aprenderiam uma profissão até ficarem “prontos nos ofícios e artes que se apliquem”, sendo que ao final deste período, trabalhariam “mais dois anos em compensação das despesas que houveram feito aos Cofres” da Província (Franco, 1842).

Segundo o Relatório presidencial de 1842, podemos inferir que a aula de Geometria, naquele ano, era restrita ao Liceu Paraense. Observamos, também, que no mesmo período o ensino deste saber na Companhia dos Jovens Educandos, não foi encontrado nenhum discurso que afiançasse afirmar a ocorrência ou não deste ensino nesta instituição.

Neste momento, passaremos a apresentar de que forma os saberes Geométricos e os atores envolvidos com este saber são representados nos discursos que circulavam em 1844 e 1845 na Província.

## **A representação da Geometria e os atores envolvidos com este saber nos discursos de 1844 e 1845**

O relatório do Presidente Silva Vellozo, apresentado à Assembleia Provincial em 1844, ao se referir sobre os “embaraços” e “atrasos” ocorridos no ano anterior no Liceu Paraense, chama a atenção que alguns desses contratemplos, ocorreram devido ao professor de Geometria, que exercia a função de Juiz Municipal, ter sido obrigado a optar entre lecionar ou continuar com a Magistratura. Ao optar pela toga a Cadeira do Liceu ficou descoberta:

Este estabelecimento sofreu embaraços e atrasos durante o último ano letivo, por que, julgando o Governo Provincial que eram incompatíveis os empregos que exerciam os cidadãos: o bacharel Manoel Gomes Correa de Miranda de Juiz de Órfãos, **João Batista Gonçalves Campos de Juiz Municipal** e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha de Inspetor da alfandega com o de diretor e de professores das **aulas de Geometria**, e de contabilidade e escrituração mercantil, optaram estes por seus empregos, desistindo do Magistério [...] (VELLOZO, 1844, p.55-56 grifo nosso).

O professor de Geometria que o relatório se refere é Batista Campos que atuava ao mesmo tempo como professor do Liceu Paraense e juiz de Direito. Sobre este professor, como já dito no capítulo anterior, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Recife. Em Belém foi juiz municipal e lecionou de forma gratuita Matemática na Escola de Geometria no Seminário Episcopal.

E mais tarde no Liceu Paraense. Desembargador do tribunal da relação do Maranhão desempenhando ao mesmo tempo a função de procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Exerceu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, órgão máximo do judiciário. Foi deputado em legislatura na Assembleia Provincial. Silva (1969).

Ainda sobre a incompatibilidade entre o exercício do Magistério e outras funções, apresentada no Relatório de Vellozo (1844), nos chama a atenção o professor João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que atuava como professor de “contabilidade e escrituração mercantil”, ao mesmo tempo em que era inspetor da alfândega, também, escolheu por continuar com a função de Inspetor; contudo iremos mencioná-lo, mais adiante, neste trabalho de forma mais detalhada, já relacionado com o ensino de Geometria na Província.

Em 1845, ou seja, no ano seguinte, em discurso à Assembleia Provincial o vice-presidente João Maria de Moraes, relata que os “suspensos” ou “demitidos” no “ano passado” foram “reintegrados” ou “restituídos” em suas “Cadeiras” no caso específico da Geometria, Batista Campos foi reconhecido pelo “Juiz competente” que concluiu, que não havia “incompatibilidade” entre exercer o cargo de Juiz Municipal e o de professor de Geometria no Liceu Paraense (Moraes, 1845, p.13), o que sinaliza uma retomada a normalidade as aulas de Geometria.

Após um ano da reintegração de Batista Campos como professor de Geometria do Liceu, ou seja, em 1845, o Jornal *Treze de Maio*, que era o órgão de imprensa oficial, noticia que três alunos desta Cadeira realizariam exames<sup>26</sup> dos saberes ensinados, e que este evento seria aberto ao público:

Faço saber que em conformidade do artigo 29 da Lei Provincial nº 97, tem de ainda serem examinados no Liceu Paraense no dia 19 corrente, os alunos da aula de Geometria. Pedro Gomes do Amaral, José Leocádia do Amaral Brasil e Theodoro Antonio de Oliveira. Convido por tanto aos pais de família, e a todos aquelas pessoas que quiserem honrar estes atos a comparecerem neste estabelecimento no dia indicado, pelas 4 horas da tarde (JORNAL TREZE DE MAIO, n 581, p. 3. 16-ago-1845).

Este tipo de divulgação por meio de jornal, dos exames e dos alunos, listados nominalmente, que seriam examinados, com uma chamada pública para a população prestigiar o exame, é uma mostra que o referido jornal procurava valorizar a Geometria para a população.

De acordo com os discursos, o professor de Geometria desempenhava o cargo de Juiz de Direito, o que indica que este exercia uma influência na sociedade da época. Em 1844 a Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” ficou vaga devido a uma incompatibilidade entre as duas funções de Batista Campos, contudo, de acordo com o que foi visto, no ano seguinte ele retorna ao Liceu para lecionar a referida Cadeira.

Vimos também, que há uma valorização por parte da imprensa dos acontecimentos relacionados a Geometria, procurando divulgar este saber para

---

<sup>26</sup> Sobre a forma que seria realizado o exame, Lei nº 97, de junho de 1841 Art. 29. O mês de agosto será destinado para o exame dos alunos, o qual será improvisado sobre os diversos pontos da ciência, que saírem à sorte de dentro da urna. Esta forma de exame é só aplicável ao ensino secundário. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.77).

a população. Esta mesma valorização, continua acontecendo nos anos seguintes, conforme será visto a seguir, além deste aspecto da teia social, iremos apresentar a mudança do professor de Geometria do Liceu Paraense e a previsão da ida de um paraense estudar os saberes matemáticos relacionados a construções de navegação.

### **A valorização dos saberes Geométricos e a trajetória deste saber no Liceu Paraense (1846 - 1849)**

Esta valorização dos saberes relacionado à Matemática é novamente vista em 1846, quando no mesmo Jornal *Treze de Maio* notícia na coluna ordem do dia, na seção das emendas a nota que, por conta do tesouro da Província José Félix Soares iria estudar Matemática na Europa, assim que um dos três paraenses que estudavam lá retornassem à Província:

Logo que se apresente alguns dos jovens que foram estudar Mineralogia, Veterinária e Engenharia Civil, o governo enviará José Felix Soares para estudar o curso completo de Matemática com a condição de que completando o dito estudo irá praticar nas Fundições e grandes estabelecimentos mais acreditados de construção naval e de maquinas de vapor (JORNAL TREZE DE MAIO, n 605, p. 2, 20-mai -1846).

O envio de Soares à Europa, para estudar os saberes da Matemática tinham por finalidade que este aprendesse os mistérios da Engenharia naval, mais especificamente, das máquinas a vapor, neste sentido o envio de Soares para a Europa era para que o mesmo aprendesse este saber e pudesse relacionar com coisas práticas, no caso navios a vapor.

É importante ressaltar, que apesar de se ter notícias de pelo menos um navio a vapor ter passado pela Província. Neste momento, 1846, não havia nenhuma linha regular a vapor pelos rios da Amazônia<sup>27</sup>. Ainda em relação à navegação a vapor na Amazônia, segundo Gregório (2009) na década de quarenta do século XIX houve um intenso debate no senado imperial, de grupos favoráveis e desfavoráveis, sobre a abertura dos rios da Amazônia a vapor, ganhando o grupo que se dizia contrário a implantação de linhas regulares deste tipo de transporte.

---

<sup>27</sup> Para saber mais sobre a navegação a vapor nos rios da Província ver: O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. Em Gregório, 2009.

Também neste mesmo ano, 1846, o mesmo Jornal *treze de Maio* divulga a lista dos alunos que realizaram o exame no Liceu Paraense, enfatizamos que oito alunos da Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” constavam desta lista, continuando a valorização da Geometria por este meio de comunicação para a população:

E assim sucessivamente os de Aritmética, Álgebra e Geometria: João Gomes Ribeiro; João José Horário e Silva; João da Gama Lobo; Manoel da Gama Lobo; Francisco de Paula Bello; José Francisco da Silva Neves; Lourenço Antonio da Costa Ricardino e Antonio David de Vasconcelos (JORNAL TREZE DE MAIO, n 626, p.3, 5-ago-1846).

Conforme o documento, no ano de 1846 oito alunos realizaram o exame de Geometria, um aumento de cinco alunos em relação aos que estavam aptos a realizarem o exame em 1845, conforme mostrado anteriormente, o que significa além de um acréscimo, que sempre havia alunos cursando a referida Cadeira.

Neste mesmo Jornal em setembro do mesmo ano circulou a notícia que a Cadeira de Geometria do Liceu Paraense havia ficado vaga, o motivo seria o pedido de demissão de Batista Campos, que assumiria, o posto de Juiz de Direito da comarca de Santarém, nomeado pelo Imperador. Sendo que no corpo da mesma notícia, há uma chamada pública para o preenchimento da vaga:

“Faço saber quer tendo vagado a cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria, por haver obtido demissão o digno Professor, que regia, em consequência de ter S.M. O Imperador dignando-se nomeá-lo Juiz de Direito para a comarca de Santarém, convido as pessoas que se julgam habilitadas a concorrerem até o dia 15 de outubro próximo futuro a fim de preencher-se-á [...]” (Jornal treze de Maio, n 639. p.3. 23-set-1846).

Em relação ao preenchimento da Cadeira de Geometria<sup>28</sup>, que havia ficado vaga, foi preenchida por meio de concurso público, inferência corroborada pela notícia publicada no Jornal *treze de Maio*, em que o vice-presidente da Província, Moraes, responde em um ofício ao diretor da Instrução Pública, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, informando que este “bem fez em não admitir ao concurso da Cadeira de Geometria” um candidato menor de vinte e um anos:

---

<sup>28</sup> Em relação a admissão de professor no Liceu: Art.17. O concurso das Cadeiras vagas de qualquer dos ensinos, será publicada pelo Diretor, e se depois de passado o prazo marcado não compareceram Candidatos, o presidente as proverá interinamente em pessoas idôneas e de reconhecida capacidade para o Magistério. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.76)

Em vista do seu ofício de 24 de corrente, cumpre-me dizer a Vmc. que bem fez em não admitir ao concurso da **cadeira de Geometria** ao pretendente Irenio Profiro da Costa, por não ter a idade de vinte e um anos completo como determina expressamente o Decreto de 31 de outubro de 1831, para o gozo dos Direitos Civis, ficando assim decidida a dúvida proposta por Vmc. no referido ofício (JORNAL TREZE DE MAIO, n 650, 4-11-1846. p.4).

A Cadeira de Geometria, não ficou vaga por muito tempo, como se pode ver no discurso realizado em 1848 pelo presidente Francisco Coelho, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial, ao afirmar que até “trinta de setembro” do referido ano, o professor “J. Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha” que lecionava Geometria teria o tempo de serviço no Liceu igual a “um ano, dez meses e vinte e um dia” (COELHO,1848 p.151). Conclui-se a partir dessas informações que, provavelmente, em novembro de 1846 Tenreiro Aranha ingressara no Liceu Paraense, como professor de Geometria, coincidindo com o início do ano letivo<sup>29</sup> desta instituição e logo após, alguns meses, da saída de Batista Campos.

Esta seria a segunda passagem de Aranha pelo Liceu, como visto anteriormente, no caso dos “cargos incompatíveis”, o mesmo havia sido professor da Cadeira “Contabilidade e Escrituração Mercantil” desta instituição.

Sobre Tenreiro Aranha. Em 1811, concluiu o curso de Humanidades e; em 1812, o exame de Matemática, sendo aos 14 anos nomeado escrivão de uma escuna de guerra. Aos 17 anos em 1815 foi nomeado amanuense da contadoria da junta da fazenda deixando o exército, filia-se ao partido Caramuru como Conselheiro do Governo da Província. Foi elevado a capitão e também, a inspetor de alfândega do Pará. Eleito ao parlamento nacional (1848-1850) primeiro governador da Província do Amazonas. Silva (1969).

Retornando a questão da valorização dos saberes Geométricos. Em notícia vinculada no Jornal *treze de Maio* de 1848 traz novamente o resultado dos exames realizados pelos alunos do Liceu referente ao ano letivo de 1847, continuando, desta forma, a divulgação dos referidos exames pelo jornal e

---

<sup>29</sup> Sobre o ano letivo do Liceu Art.28. O ano letivo do ensino secundário será aberto no primeiro dia útil de novembro e encerrado no último de julho (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.77).

mostrando que o referido meio de comunicação buscava valorizar a Geometria para a população:

Resultado dos Exames gerais feitos no Liceu Paraense no presente ano letivo de 1847 [...] Em Aritmética, Álgebra e Geometria. Os senhores Pedro Joaquim de Mello, obteve o primeiro prêmio. Manoel V. de Carvalho Penna-obteve o segundo. Vicente Ferr.<sup>a</sup> Mafra, Manoel P. de Sz<sup>a</sup> aprovados plenamente (JORNAL TREZE DE MAIO, n 836 15-09- 1848 p.2).

O jornal apresenta quatro alunos aprovados no exame, sendo que os dois primeiros lugares receberiam uma premiação, conforme previsto no regulamento do Liceu<sup>30</sup> e dois “aprovados plenamente”. Esta mesma quantidade de alunos aprovados em Geometria é vista no relatório de 1848 do Presidente Coelho, que apresenta também os alunos aprovados em Geometria nos anos de 1846 e 1847, conforme a tabela 1<sup>31</sup>, a seguir:

Período	Matriculados	Voluntários	Desistentes	Examinados
1845/1846	13	10	8	8
1846/1847	8	17	14	2
1847/1848	13	6	5	4 <sup>32</sup>

Tabela1: Grifos nossos sobre relação dos alunos da cadeira Aritmética, Álgebra e Geometria de 1845-1848. Fonte:Coelho,1848, p.15.

Nesta tabela, que elaboramos a partir de um recorte da tabela denominada de “quadro11” retirada do relatório presidencial de 1848 do presidente Coelho, ao abrir à Assembleia Provincial daquele ano, apresentamos apenas a quantidade de alunos que frequentaram as aulas de Geometria entre 1845 até 1848, classificados em: matriculados, voluntários, desistentes — na

<sup>30</sup> Pela Lei nº 97, de 28 de junho de 1841 no capítulo 5º referente ao Conselho de instrução no Art. 23 § 6º cabe ao conselho “conferir prêmios aos alunos de mais distinto mérito” (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.77).

<sup>31</sup> No Liceu havia duas classes de alunos os ordinários e voluntários. Os ordinários não poderiam se matricular-se em qualquer das aulas secundárias, sem que tivessem finalizado as matérias da Escola Primária. Os voluntários, poderiam frequentar qualquer aula. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.77).

<sup>32</sup> Para saber a relação dos alunos matriculados, voluntários, que deixaram de frequentar e os examinados nos anos de 1845 até 1848 nas demais disciplinas ver anexo II

tabela original ele classifica como “deixaram de frequentar” — e examinados. Nota-se uma sensível redução de alunos matriculados e de alunos examinados no ano letivo de 1846/1847, por outro lado, um aumento em relação aos outros anos, do número de alunos desistentes deste período letivo. A partir destes dados podemos concluir que havia uma demanda por esta cadeira e que havia alunos constantemente sendo examinados em Geometria, este fato pode estar ligado à obrigatoriedade de cursar a disciplina para a conclusão de um dos dois cursos do Liceu Paraense.

Em outro trecho do relatório, Coelho faz referência ao “quadro 11” quando menciona a pouca quantidade de alunos “matriculados”, “voluntários” e “examinados” nas disciplinas do Liceu. Segundo este presidente, ao referir-se ao Liceu “não se tira deste estabelecimento todo o fruto, que fora para desejar” (Coelho, 1848, p.55-56), demonstrando que as aulas do Liceu poderiam ser melhor aproveitadas trazendo economia para a Província. Nesta perspectiva, o Presidente propõe modificações nas estruturas de Cadeiras ou até mesmo extinção de algumas (Coelho, 1848, p.55-56). Nota-se neste momento, a emergência de discursos favoráveis para a modificação do ensino no Liceu Paraense.

Conforme mostrado neste tópico, há uma valorização para a população dos saberes Geométricos pelo jornal *Treze de Maio* e que segundo os relatórios presidenciais há uma demanda de alunos que se matriculam na Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” e que realizam o exame. Neste mesmo relatório é notado um descontentamento do Presidente com a pouca quantidade de alunos nesta instituição sugerindo mudanças. Estas propostas de mudanças no ensino do Liceu Paraense, incluindo a Cadeira de Geometria é que serão apresentados a seguir.

### **A emergência de discurso favorável a mudança no ensino de Geometria**

Ainda segundo Coelho (1848), ao recomendar uma reforma no ensino do Liceu, devido ao baixo número de alunos que frequentavam esta instituição, o que segundo o presidente, estava trazendo “despesas desnecessárias a Província”, propõe a extinção de algumas Cadeiras e a unificação de outras, como é o caso da Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” que segundo o

mesmo, poderia ser unida a Cadeira de Geografia. O argumento, além da já citada questão econômica, seria que, segundo a ótica do presidente, “o ensino de Geometria ser inteiramente conexo” com o ensino de Geografia, mais especificamente, a “Geografia Astronômica”.

Segundo o governante, a Geometria poderia ser lecionada pelo professor de Geografia, pois o “bom professor de Geografia” teria domínio da Geometria:

A cadeira de Geometria, a qual esta anexo o ensino de Aritmética, e de Álgebra, também poderia por algum tempo dispensar-se. O ensino de Geometria é inteiramente conexo com o de Geografia, principalmente na parte relativa á Geografia Astronômica, em que se fazem indispensáveis as noções das linhas e círculos da esfera para conhecimento das diferentes zonas, das latitudes, longitudes, para avaliação da solidez e superfície da terra e assim o bom mestre de Geografia deve-se supor-se que sabe perfeitamente Geometria (COELHO, 1848, p.56-57).

Para o Presidente Coelho, somente a Cadeira de Geografia seria suficiente para o ensino desses dois saberes. Ainda segundo o mesmo, para se ter indivíduos que dominem os saberes da Matemática “sem grandes sacrifícios, e sem risco de despesas permanentes com proveito incerto”, seria mais prático instituir prêmios para aqueles que estivessem prontos para serem examinados ou para o professor que os tivesse ensinado:

E se quiséssemos ter indivíduos exclusivamente preparados nos conhecimentos elementares de Matemática, sem grandes sacrifícios, e sem risco de despesas permanentes com proveito incerto, poderíamos adotar o expediente de dar um prêmio de 200\$ reis até 6 alunos por ano, que se apresentassem no Liceu prontos a fazer exame em cada uma das doutrinas de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria plana (COELHO, 1848, p.56-57).

Segundo Coelho, seria mais vantajoso estabelecer um prêmio em dinheiro para os “mestres” que houvessem preparado alunos ou para os seis primeiros alunos, aprovados no exame anual, realizado no Liceu, que mostrassem conhecimentos em Geometria, entre outros ramos da Matemática ou como ele assinala: “cada uma das doutrinas de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria plana” do que manter a Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” naquela instituição de ensino.

Observamos no discurso do Presidente da Província a intenção clara de extinguir a Cadeira de Geometria do Liceu, que passaria a fazer parte da

Geografia, desta forma, sugerindo mudanças no ensino deste saber. Ainda segundo este governante, aqueles que desejassem aprofundar-se nos saberes matemáticos poderiam ser preparados para os exames por professores particulares e receberiam um prêmio, ou os professores que tivessem preparado alunos para o exame receberiam um incentivo por aluno aprovado. Esta medida segundo Coelho traria economia aos cofres públicos.

De acordo com o Presidente provincial algumas mudanças no Liceu Paraense, trariam uma economia para o erário público. Estas mudanças incluiriam o ensino de Geometria que passaria a ser de responsabilidade do professor de Geografia. Aparentemente, o apelo de Coelho foi atendido pelos legisladores, não da forma que ele propôs, pois a reforma ocorrida em 1851 realmente modificou o ensino de Geometria na Província, contudo aumentando a quantidade de conteúdo ensinado deste saber, como será visto na próxima seção.

### **A previsão da criação de Cadeiras de Geometria no interior em 1850 e a Reforma de 1851**

O cenário no ensino de Geometria na Província do Pará começou a se modificar em 1850 com a resolução<sup>33</sup> que previa a criação, em algumas cidades do interior do estado uma Cadeira de Francês em que o professor ficaria responsável, também por ensinar os saberes Geométricos, conforme visto no trecho: “Criou em cada uma das cidades de Cametá, Santarém e Barra do Rio Negro uma cadeira de Francês, devendo o professor ensinar também Aritmética, Álgebra e Geometria (BENJAMIM,1854 p.36, 1838, p.38)”. Apesar do discurso oficial prever a criação das Cadeiras, não encontramos registros historiográficos de haver funcionado nestas localidades as Cadeiras em nosso corte temporal.

---

<sup>33</sup> Resolução nº 171, de 29 de novembro de 1850. (BENJAMIM,1854 p.38)

Em 1851, aconteceu uma reforma da Instrução Pública Paraense<sup>34</sup>, que entre outras coisas modificou o ensino da Geometria no Liceu Paraense. A reforma alterou a Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” que passou a ser denominada de Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria plana e no espaço, Trigonometria retilínea e Escrituração mercantil”.

Inferimos que, por força da reforma, na Geometria que agora passaria a ser tratada como “Geometria plana e no espaço”, haveria um aumento de conteúdos referentes a este saber. Notamos também, nesta cadeira, a previsão do ensino de “Trigonometria retilínea”, que sendo somada com os outros saberes matemáticos aumentava de forma substancial os saberes Matemáticos a serem ensinados no Liceu Paraense. Outra mudança que trouxe um acréscimo de saberes a esta Cadeira, foi a incorporação da “Escrituração Mercantil” que antes era uma disciplina autônoma.

Em relação à estrutura e ao funcionamento do Liceu, a reforma previa um único curso com duração de seis anos, sendo que os saberes relacionados à Matemática no caso a Geometria seriam estudados no segundo ano, sempre das oito da manhã às nove<sup>35</sup>. No segundo ano, além de Geometria seriam estudadas a Trigonometria, Escrituração mercantil, Inglês e continuação de Latim e Francês.

Os demais saberes da Matemática como é o caso da Aritmética e da Álgebra seriam estudados no primeiro ano<sup>36</sup>. Esta mesma reforma, além da Cadeira tradicional de Geometria, previa o ensino de Desenho na Cadeira “Desenho Geométrico e topográfico” saber este, intimamente ligado aos saberes Geométricos, por vezes, complementares.

---

<sup>34</sup> Lei nº203, de 27 de outubro de 1851. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.79)

<sup>35</sup> As aulas da Cadeira “Aritmética, Álgebra, Geometria plana e no espaço, Trigonometria retilínea, Escrituração mercantil” aconteciam para o primeiro ano das 7:00 as 8:00 e para o segundo ano das 8:00 as 9:00. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.91-92)

<sup>36</sup> A ordem do ensino no Liceu: Artigo 2º. A ordem do ensino será a seguinte: No 1º ano se iniciará Latim, Francês, Aritmética e Álgebra. No 2º. Continuação de Latim e de Francês, Geometria, Trigonometria, Escrituração mercantil e Inglês. No 3º. Continuação de Latim e de Inglês, História e Geografia. No 4º. Continuação de Latim e de História e Geografia; Filosofia; Retórica. No 5º. Continuação de Filosofia e de Retórica; Elementos de Física; Desenho. No 6º. Elementos de Química; princípios de Botânica; continuação de Desenho. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.85)

A reforma de 1851 também modificou a Instrução Primária dividindo-a em “Dois Graus”<sup>37</sup>, em relação aos saberes Geométricos que até aquele momento não eram ensinados naquele nível de ensino, passaram a fazer parte do “Segundo Grau”. Em relação a outros saberes da Matemática da Instrução Primária, no “Primeiro Grau” ensinava-se “Aritmética até proporções” e no “Segundo Grau” além da “Geometria prática” os alunos deveriam estudar “Aritmética com aplicação ao comércio” (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.79). O que marca uma profunda mudança no ensino dos saberes Matemáticos, em especial aos Geométricos neste nível de ensino da educação da Província.

Com as reformas de 1851, finalizamos a análise da trajetória da Geometria na Província do Pará, passaremos a fazer algumas considerações acerca do que foi pesquisado.

### **Algumas Considerações**

O objetivo deste capítulo era analisar a trajetória da Geometria na Província do Pará e como este saber se inseria no contexto cultural da época entre 1841 a 1851, buscando atingi-lo, elaboramos alguns questionamentos que serão elencados a seguir: Qual a trajetória da Geometria no Liceu Paraense? Quem eram os professores indicados e quais os lugares que eles ocupavam nas estruturas de poder vigente? Qual o significado da Geometria presente nos discursos da época?

Quais os discursos que propuseram o ensino de Geometria e qual o significado destes discursos – leis e relatórios governamentais e notícias de jornais? Para respondê-los nos debruçamos em Leis, Relatórios Presidências da Província e Jornais. A partir destes documentos, pinçamos aspectos relacionados à Geometria no decênio de 1841 até 1851 chegando a algumas considerações, que apresentaremos a seguir:

---

<sup>37</sup> Le nº203, de 27 de outubro de 1851 Artigo 1º- As escolas de instrução primária constarão de dois graus, primeiro e segundo. No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicação ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império. (MELO; ALMEIDA e ROSÁRIO, 2012, p.79).

Primeiro, a trajetória da Geometria no Liceu Paraense começou junto com a fundação desta instituição em 1841 com a Cadeira intitulada “Aritmética, Álgebra e Geometria”, sendo que havia uma demanda de alunos por esta Cadeira como visto nos discursos, talvez isto se justificasse pelo fato dela ser obrigatória para aqueles que cursassem o Liceu. Em relação aos professores, Batista Campos, afastou-se da referida Cadeira em 1844, por incompatibilidade com a sua outra ocupação, Juiz de Direito, retornando no ano seguinte. Ficando no cargo até 1846 quando assumiu o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Santarém. Em 1847 Tenreiro Aranha assume o cargo de professor de Geometria no Liceu. Este além de professor era inspetor da alfândega. Sendo que em 1851 houve uma “nova” reforma na instrução pública da Província, modificando os saberes Geométricos que seriam ensinados no Liceu Paraense e introduzindo a Geometria na instrução Primária.

Em relação a quem eram os professores e qual o papel que eles ocupavam na estrutura do poder, dentro do corte temporal concluímos que foram dois: Batista Campos e Tenreiro Aranha, como já exposto no parágrafo anterior. Ambos além de serem professores ocupavam cargos públicos de prestígio.

Batista Campos exercia o cargo de juiz de Direito, exercendo cargos políticos no legislativo como senador do Império, sendo este sucedido por Tenreiro Arranha que era formado em Matemática e exercia cargo de Inspetor na Alfândega, sendo mais tarde o primeiro Presidente da Província do Amazonas. Mostrando que ambos possuíam influência na sociedade da época.

Em relação ao terceiro questionamento: Qual o significado da Geometria presente nos discursos da época?

Concluímos pelos discursos analisados que os saberes geométricos gozavam de prestígio para alguns governantes, como é o caso do Presidente Franco. Quando em visita ao Liceu refere-se sobre o funcionamento da Cadeira de Geometria. Este mesmo prestígio é visto no *Jornal treze de Maio* ao noticiar vários acontecimentos relacionados com a Geometria, como por exemplo, a lista dos alunos que iriam submeter-se aos exames ou sobre o concurso para professor deste saber por ocasião da saída de Batista Campos.

Em outro momento, o presidente da Província Coelho, em 1848, em discurso à Assembleia Provincial ao criticar os gastos excessivos com o Liceu propõe uma reforma no Liceu Paraense que entre outras coisas, os saberes da

Geometria passariam a ser ensinados pelo professor de Geografia, propondo também a dispensa do professor de Geometria, evidenciando a falta de prestígio que esta Cadeira e o professor possuíam para com este governante.

Constatamos também que com a reforma de 1851 o ensino de Geometria no Liceu Paraense sofreu uma mudança, ou seja, a estrutura da Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” foi modificada sendo renomeado de Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria plana e no espaço, Trigonometria retilínea, Escrituração mercantil”, o que representou um acréscimo dos saberes geométricos. Sendo que por ocasião desta mesma reforma, no Liceu paraense, criou-se a cadeira “Desenho”, saber este que possui uma aproximação natural com a Geometria. A reforma de 1851 também inseriu a Geometria na Instrução Primária, por meio da “Geometria Prática” que deveria ser ministrada no “Segundo Grau”.

Por fim, inferimos que o aumento dos saberes Geométricos na Instrução Pública Paraense, seria a demonstração do prestígio que este saber gozava para com os responsáveis pela elaboração das Leis que regiam a Instrução Pública da Província.

## **Referência (Capítulo II)**

BARROS, Jônatas Barros. **A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino**. 2016. 78 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.

BENJAMIM, Curcino. **Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará (1838-1854)**. Por André Curcino Benjamim. Tipografia Comercial de Antônio José Rabello Guimarães. Pará. 1854.

COELHO, J. Francisco. Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1849.

COELHO, J. Francisco. Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

FERREIRA, António Gomes; VECHIA, Ariclê. **Instruir as elites em meados do século XIX: O liceu de Coimbra e o imperial collegio de D. Pedro II**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Educação escolar

em perspectiva histórica. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. **Anais eletrônicos**. Paraná: SBHE, 2004. Disponível em : <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/paginas/cbhe.html>. Acesso em: 03/03/2018.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889**, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excmo. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa, no dia 14, de Abril, de 1842*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1842.

GREGORIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.185 – 212. 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez.

MELO, Clarice Nascimento de; ALMEIDA, K.N.C de; ROSÁRIO, Maria J. A do. DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO DO PARÁ IMPERIAL (1839-1889). (coleção documentos da educação brasileira). Belém: SBHE, 2012. ISBN: 978-85-9054-852-2.

MORAES, J. Maria. Discurso recitado pelo exm.o sñr doutor João Maria de Moraes, vice-presidente da província do Pará na abertura da segunda sessão da quarta legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de agosto de 1845. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1845.

PAIS, Luiz Carlos; LEÃO, Tarcísio Luiz de Souza. Elementos históricos da educação matemática nas províncias do Pará e do Amazonas. **Revista Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 29-52. 2009.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 444f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Everaldo R.M dos; ALVES, José J. A. Inovações matemáticas no ensino da província do Grão-Pará(1838-1841): inserção da Geometria. **Revista Rematec**, Rio Grande do Norte, ano 13, nº27, p. 131-141, jan./abr. 2018.

TAVARES, C. J. **A congregação do colégio Pedro II e os debates sobre o ensino de Matemática**. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, São Paulo, 2002.

VELLOZO, M.P da Silva. Discurso recitado pelo exm.o snr. desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, presidente da provincia do Pará, na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de agosto de 1844. Pará, Typ. de Santos & menores, 1844.

## **PERIÓDICOS**

Jornal Treze de Maio, 16 de agosto de 1845, nº 581, p. 3.

Jornal Treze de Maio, 20 de maio de 1846, nº 605, p. 2.

Jornal Treze de Maio, 5 de agosto de 1846, nº 626, p.3.

Jornal Treze de Maio, 23 de setembro de 1846, nº 639. p.3.

Jornal Treze de Maio, 4 de novembro de 1846, nº 650. p.4.

Jornal Treze de Maio, 15 de setembro de 1848, nº 836. p.2.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

O núcleo desta dissertação está dividido em dois capítulos, em formato de artigos distintos, indo ao encontro da Resolução nº 3.870 de 1º de julho de 2009, CONSEPE/UFPA que prevê a possibilidade de trabalhos desta natureza serem apresentados desta forma; contudo os capítulos que compõem a pesquisa embora sejam distintos são coadunados.

Apesar do núcleo da dissertação está dividida em dois artigos, como já dito, o trabalho em si teve como objetivo geral realizar uma descrição analítica dos aspectos que favoreceram a modificação do ensino de Matemática na Província do Grão-Pará durante o século XIX, mais especificamente entre os anos de 1838 a 1851.

Este corte temporal foi determinado por dois acontecimentos: o primeiro registro do funcionamento da Assembleia Provincial em 1838, órgão que legislava, entre outras coisas, sobre a Educação na Província. Com o provável retorno do funcionamento desta instituição observou-se a emergência de discursos favoráveis para a inserção de saberes Geométricos na Educação da Província; estes discursos se justificavam pela demanda de mãos de obra especializada. O segundo acontecimento foi à reforma ocorrida em 1851 que modificou o ensino de Geometria na Província. Esta reforma ampliou os conhecimentos geométricos no Liceu Paraense com a previsão do ensino da Geometria Espacial, prevendo também o ensino da “Geometria Prática” na Instrução Primária.

Para atingir o objetivo nos debruçamos, principalmente, em fontes primárias como: leis, decretos e relatórios governamentais relativos à instrução pública da Província, regulamentos da instituição Liceu Paraense, livros e jornais da época e também em fontes secundárias, que tratavam sobre o ensino de Geometria ou assuntos correlatos.

A pesquisa foi iniciada por meio do levantamento preliminar em documentos que versavam sobre a História do ensino na Amazônia neste período, os quais nos conduziram às seguintes observações: a partir de 1838 emergiram discursos favoráveis para a inserção de saberes Geométricos na Província. O objetivo destes discursos fora efetivado em 1840, com a criação da Escola de Geometria que funcionou no Seminário Episcopal nos anos de 1840

e 1841 e que tinha como principal finalidade formar mão de obra capacitada para tocar as obras de infraestrutura da cidade.

Com a reforma da instrução pública de 1841 que modificou o ensino da Província, que entre outras coisas previa a implantação do Liceu Paraense, instituição que tinha a finalidade de proporcionar o ensino secundário, na Província do Grão-Pará. Esta reforma previa também que os saberes geométricos integrariam o plano de ensino desta instituição na Cadeira “Aritmética, Álgebra e Geometria” o que foi concretizado.

Observamos além disso, que os professores que lecionavam Geometria nas instituições de ensino eram pessoas influentes, ou seja, exerciam certo poder ao ocuparem cargo de prestígio na sociedade como: juiz de direito e deputados provinciais.

Outro fato importante foi a reforma implementada em 1851 que previa a modificação do ensino de Geometria na Província com ela passando a ser ensinada na Instrução Primária no “ Segundo Grau” por meio da “Geometria Prática”, além de que esta reforma previa que a Cadeira “ Aritmética Álgebra e Geometria do Liceu Paraense modificasse para “Aritmética, Álgebra e Geometria plana e no espaço, Trigonometria retilínea, Escrituração mercantil”, o que aparentemente representou um acréscimo dos saberes geométricos. Sendo que por ocasião desta mesma reforma, no Liceu paraense, criou-se a cadeira “Desenho”, saber este que possui uma aproximação natural com a Geometria.

Sendo assim, como podemos constatar no período compreendido entre 1841 até 1851 há vários discursos na grande maioria favoráveis ao ensino de Geometria demonstrando o prestígio que este saber possuía para os que pronunciavam tais discursos. Finalizamos nossa análise constatando que a reforma ocorrida em 1851 modificou o ensino da Geometria na Província do Pará.

Chegamos ao fim de nosso trabalho de Dissertação, tendo a certeza que ainda há muito trabalho pela frente, pois ao pesquisar com o intuito de responder nossas questões de pesquisas emergiram outras, como por exemplo: de que forma ocorreu, se ocorreu, o ensino da Geometria Prática na Instrução Primária? Em relação ao Liceu, como aconteceu se aconteceu o ensino de “Geometria Plana e no espaço” previsto na reforma de 1851? Quais saberes de Desenho Geométrico foram ensinados, se foram ensinados, e como esses saberes se relacionaram com o contexto da época? Qual o lugar ocupado na estrutura de poder vigente na época pelos professores que ensinavam este saber? Qual o significado dado à Geometria nos discursos da época? Estas questões entre outras, temos a pretensão de respondê-las em nosso próximo trabalho acadêmico.

Ao finalizarmos esta pesquisa, almejamos que a mesma possa contribuir de alguma forma para o amadurecimento das discussões desenvolvidas no interior do Grupo de Filosofia e História da Ciência, fortalecendo, deste modo, o Instituto de Ensino de Ciências e Matemáticas, ao colaborar com as grandes áreas de conhecimentos denominadas História da Ciência e Educação Matemática.

## REFERÊNCIAS (INTRODUÇÃO E MEMORIAL)

ALFONSO- GOLDFARB, Ana Maria. **História da Ciência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ALMEIDA, Valéria F.; COELHO, Acylena C.; SANTOS, Everaldo Roberto M. **Estratégias de resolução de problemas aritméticos adotados por alunos da sexta série**. In: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, XIII, 2011, Recife. **Anais eletrônicos [Estratégias de resolução de problemas aritméticos adotados por alunos da sexta série]**. Recife, Comitê Interamericano de Educação Matemática, 2011. Disponível em: [http://ciaem-redumate.org/ocs/index.php/xiii\\_ciaem/paper/view/2608/530](http://ciaem-redumate.org/ocs/index.php/xiii_ciaem/paper/view/2608/530). Acesso em: 13 abr. 2019.

BENÍTEZ, J.J. **Operação cavalo de Tróia 1**: Jerusalém. Tradução Hermínio Tricca. São Paulo : Editora Planeta do Brasil, 2008. 505 p. (Série Literária).

CARDOSO, Lucélia V. M.; QUARESMA, Odicleise M.; SANTOS, Everaldo R. M. **Buriti: relação entre sequência de fibonacci, razão áurea e espiral logarítmica**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 3º, 2012, Fortaleza. Anais eletrônicos [Buriti: relação entre sequência de fibonacci, razão áurea e espiral logarítmica]. Fortaleza, 2012. Disponível em: [http://proativa.virtual.ufc.br/sipemat2012/sipemat\\_files/program-pt\\_BR.pdf](http://proativa.virtual.ufc.br/sipemat2012/sipemat_files/program-pt_BR.pdf). Acesso em: 13 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 7.ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KILPATRICK, Jeremy. **O desenvolvimento da Educação Matemática como um campo acadêmico**. Documento preparado para Palestra Plenária I no Simpósio por ocasião do 100º aniversário da ICMI, Roma, 2008.

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. **História na Educação Matemática – Propostas e desafios**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p.200, 2008.

SILVA, Maria Célia Leme da; VALENTE, W.R. **Na oficina do historiador da educação matemática: Cadernos de alunos como fontes de pesquisa/ Maria Célia Leme da Silva; Wagner Rodrigues Valente; Organizado por Iran Abreu Mendes e Miguel Chaquiam – Belém: SBHMT, 2009. ( Coleção História da Matemática para Professores, 19).**

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo; seguidos de seis ensaios sobre Rousseau. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil**: 1730-1930. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

VASCO, Carlos Eduardo. **La educación matemática: Una disciplina em formación**. MATEMÁTICAS: enseñanza Universitaria. **Revista de la ERM**.v. 3, n. 2, 1994.

**Anexo I: DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DA TESE E DISSERTAÇÃO (Resolução nº 3.870 de 1º de julho de 2009, CONSEPE/UFPA)**

**Art. 57.** As dissertações e teses deverão ser apresentadas de acordo com as normas técnicas a serem definidas pela PROPESP.

**Parágrafo único.** A Dissertação e Tese serão redigidas, preferencialmente, na língua portuguesa, e conter resumos em língua portuguesa e em língua estrangeira, conforme dispuser o Regimento Interno do Programa.

**Art. 58.** A Dissertação de Mestrado e a Tese de Doutorado poderão ser apresentadas à Banca Examinadora no Modo Tradicional ou no Modo de Agregação de Artigos Científicos.

**§ 1º.** O Modo Tradicional segue a estrutura clássica.

**§ 2º.** No Modo de Agregação de Artigos Científicos o documento deve incorporar artigos completos, em número de 1 (um) ou mais para o mestrado e 3 (três) ou mais para o doutorado publicado ou submetido a revistas especializadas com corpo editorial, e um texto integrador.

**§ 3º.** Poderá ser admitido, a critério do Colegiado, um modo híbrido, mesclando o estilo clássico com artigos agregados.

**§ 4º.** As normas e critérios para o que prevê o parágrafo anterior, deverão ser detalhadas em resolução normativa específica aprovada pelo Colegiado do Programa.

**§ 5º.** Será exigida documentação comprobatória da submissão ou aceitação do artigo pela comissão editorial do periódico cuja cópia do documento deverá ser entregue na Secretaria do Programa no momento do depósito da dissertação ou tese.

**Art. 59.** Para a editoração final da dissertação ou tese o discente deverá fornecer, pelo menos, 1 (um) exemplar para a Coordenação do Programa; 1 (um) para a PROPESP, que fará o registro e encaminhará para a Biblioteca Central da UFPA e para o cadastro nacional; 2 (dois) para a biblioteca setorial da unidade à qual está vinculado o Programa; e 1 (um) exemplar para cada membro da banca examinadora.

**Parágrafo único.** A dissertação ou tese deverá também ser entregue em versão eletrônica na Secretaria do Programa.

**Anexo II – TABELA DOS ALUNOS MATRICULADOS, ADMITIDOS COMO VOLUNTARIOS E EXAMINADOS NO LICEU PARAENSE (1845- 1848)**

MAPPA N.º—11 DOS ALUMNOS MATRICULADOS, ADMITIDOS COMO VOLUNTARIOS, E EXAMINADOS NO LYCÉE PARAENSE NOS TRES ULTIMOS ANNOS LECTIVOS.

N.º de Matriculação.	AULAS.	1845.—1846.				1846.—1847.				1847.—1848.			
		Matriculados.	Voluntarios.	Deixaram de frequentar.	Examinados.	Matriculados.	Voluntarios.	Deixaram de frequentar.	Examinados.	Matriculados.	Voluntarios.	Deixaram de frequentar.	Examinados.
1.ª	Latin.	5	47	15	4	5	28	10	10	1	25	6	1
2.ª	Francez.	9	12	5	4	5	10	4	11	10	8	1	10
3.ª	Arithmetica, Algebra e Geometria.	13	10	8	8	8	17	14	2	13	6	5	4
4.ª	Philosophia Racional e Moral.	1	2	"	3	3	3	1	"	10	"	"	5
5.ª	Geographia e Historia.	2	"	"	"	2	1	1	"	2	1	2	1
6.ª	Rhetorica e Poetica.	2	"	"	2	"	3	"	1	3	2	"	4
7.ª	Escripturação mercantil.	"	"	"	"	6	3	3	1	"	1	1	"
8.ª	Inglez.	"	1	"	"	4	"	1	"	1	1	2	"
	Somma.	32	72	28	21	33	65	34	25	40	44	17	25